



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
PRÓ- REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO - PRPG
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA - CEAD
MESTRADO PROFISSIONAL EM FILOSOFIA – PROF-FILO**



VAGNER MARCOS COSTA LIMA

**O ENSINO DE FILOSOFIA NO NÍVEL MÉDIO NA PERSPECTIVA
DA PRÁXIS GRAMSCIANA**

**TERESINA
2019**

VAGNER MARCOS COSTA LIMA

**O ENSINO DE FILOSOFIA NO NÍVEL MÉDIO NA PERSPECTIVA
DA PRÁTICA GRAMSCIANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO) pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de Concentração: Ensino de Filosofia

Orientador: Prof. Dr. José Renato de Araújo Sousa.

TERESINA
2019

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

L732e Lima, Vagner Marcos Costa.
O ensino de filosofia no nível médio na perspectiva da práxis
gramsciana / Vagner Marcos Costa Lima. – 2019.
95 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Filosofia) –
Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.
“Orientador: Prof. Dr. José Renato de Araújo Sousa”.

1. Gramsci. 2. Intelectual Orgânico. 3. Escola. 4. Professor.
5. Transformação social. I. Título.

CDD 195

VAGNER MARCOS COSTA LIMA

**O ENSINO DE FILOSOFIA NO NÍVEL MÉDIO NA PERSPECTIVA DA PRÁXIS
GRAMSCIANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO) pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de Concentração: Ensino de Filosofia

Linha de Pesquisa: Práticas de Ensino de Filosofia

Orientador: Prof. Dr. José Renato de Araújo Sousa.

Aprovada em 10 de Abri de 2019

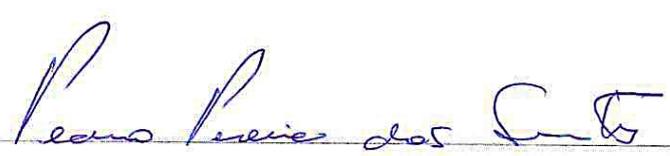
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Renato de Araújo Sousa – UFPI – (Orientador)



Prof. Dr. Heraldo Aparecido Silva – UFPI (Examinador Interno)



Prof. Dr. Pedro Pereira dos Santos – UFPI (Examinador externo ao Programa)

À minha mãe

Ao meu pai (*in memoriam*).

À minha esposa Francinete e minha filha Maria Rita

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. José Renato de Araújo Sousa, primeiro por ter decidido me orientar nesse trabalho. Um professor admirável por seu arcabouço teórico, e principalmente, pela sua simplicidade e humanidade. Reconheço que sem a sua presença em todo o processo, esse trabalho não seria realizado. Obrigado por seu respeito, generosidade, afabilidade e exigências, um exemplo de educador defendido por Gramsci.

À minha mãe, por dedicar toda a sua vida a seus filhos, tentando indicar o caminho correto a ser seguido, e principalmente na luta pela conquista de uma educação de qualidade para todos.

À minha avó, mulher guerreira de braço firme, sempre me apoiando nas minhas decisões ao longo da vida.

À minha querida esposa Francinete, pelo incentivo e apoio, sempre presente nessa caminhada.

À minha amada filha Maria Rita, que soube compreender, apesar da pouca idade, o meu distanciamento nos momentos de estudo

Ao meu irmão Maik, as irmãs Prof.^a Vânia e Vanice, cunhado Prof. Carlos e minhas queridas sobrinhas, Ana Maria, Ana Clara, Ana Luísa e Lara Sophia, por compartilharem momentos alegres em família.

A cunhada Ana Lucia e seu esposo, querido amigo Cleodomar, por sempre abrir as portas de sua casa para me acolher, nas inúmeras viagens que fiz a Teresina-PI ao longo dos 2 anos de estudos.

Às professoras Carmem Cabral, Edna Magalhaes e os professores Heraldo Silva, Luizir de Oliveira e José Sergio Fonseca, por todas as importantes contribuições em sala de aula que ajudaram a desenvolver esse trabalho. Sem essa equipe de educadores do programa de mestrado, não seria possível a sua conclusão.

De modo especial, agradeço novamente ao Prof. Dr. Heraldo Aparecido Silva e ao Prof. Dr. Pedro Pereira dos Santos, pelas importantes contribuições no exame de qualificação, suas sugestões ajudaram a dar continuidade a esse trabalho até se chegar a produção final.

Aos colegas do mestrado, primeira turma do programa, Alex, Alaine, Atualpa, Conceição, Jéssica, Leônidas, Loise, Maristane, Pablo, Sueli e Wilma, pelos momentos de partilha e reflexão e pelo apoio nos momentos difíceis.

À minha equipe de trabalho do Centro de Ensino Oscar Galvão, professores dedicados e que lutam diariamente, por meio da educação, para se construir um mundo menos desigual.

À direção do Centro de Ensino Oscar Galvão, especialmente a Sra. Imirene Vieira e Sr. Carlos Alberto Melo, primeiro por permitirem a pesquisa na escola, e por compreenderem as minhas ausências ao longo dessa jornada.

A todos os meus alunos, que me motivam diariamente na busca de conhecimentos.

À Secretaria Municipal de Educação de Pedreiras-MA, pela compreensão da importância do trabalho e da necessidade de um afastamento para a realização do mesmo.

À CAPES pela concessão da bolsa, que favoreceu enormemente nesse período de estudos.

Instruí-vos, porque precisamos da vossa inteligência. Agitai-vos, porque precisamos de vosso entusiasmo. Organizai-vos, porque carecemos de toda a vossa força.

Antonio Gramsci

Odeio os indiferentes.

Antonio Gramsci

LIMA, V.M.C. O **ensino de filosofia no nível médio na perspectiva da práxis gramsciana**. 95f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí. Teresina-PI, 2019.

RESUMO

O trabalho tem como objeto de estudo a prática do professor de filosofia no Centro de Ensino Oscar Galvão (CEOG), escola pública, sediada no Município de Pedreiras, Estado do Maranhão, analisada à luz da Filosofia da Práxis do italiano Antônio Gramsci (1891-1937), filósofo marxista do século XX. A filosofia da práxis de Gramsci é uma consciência política que tem a capacidade de unir teoria e prática, e o que pretendemos é sensibilizar os docentes de filosofia, que a sua atividade em sala de aula, deve levar os seus educandos a encarar e solucionar os seus problemas a partir da atividade crítica, superando o senso comum, e propondo elevar a condição cultural da massa e dos indivíduos. O objetivo da pesquisa é levar o professor de Filosofia do Ensino Médio a fazer uma reflexão teórico-metodológico da sua prática docente a partir da filosofia gramsciana e, para isso, apropriar-se de alguns conceitos, como hegemonia, ideologia, intelectual orgânico. Desse modo, defendemos mudanças na postura do professor, visto que o mesmo, aqui sendo considerado um intelectual orgânico, deve ter um papel decisivo na reforma intelectual e moral dos seus alunos, compreendendo que o resultado dessas reformas, pressupõe a reforma econômica, política, social e cultural. O trabalho será desenvolvido por meio de uma pesquisa-ação, pois envolve os professores de Filosofia da escola como participantes ativos da pesquisa. Serão desenvolvidas entrevistas semiestruturadas, encontros de formação e, por fim, a elaboração de um jornal comunitário, um blog, com o intuito de estimular os alunos a debaterem os problemas do cotidiano de forma mais crítica e sistemática. Essa pesquisa-ação se volta assim para os professores da disciplina de filosofia da escola acima, tudo sempre analisados com base no pensamento gramsciano.

Palavras-chave: Gramsci; Intelectual Orgânico; Escola; Professor; Transformação social; Cotidiano.

LIMA, V.M.C. **The teaching of philosophy at the middle level in the perspective of Gramscian praxis.** 95 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí. Teresina-PI, 2019.

ABSTRACT

The work has as object of study the practice of the professor of philosophy in the Center of Education Oscar Galvão (CEOG), public school, based in the Municipality of Pedreiras, State of Maranhão, analyzed in the light of the Philosophy of the Praxis of the Italian Antônio Gramsci (1891- 1937), Marxist philosopher of the twentieth century. Gramsci's philosophy of praxis is a political consciousness that has the capacity to unite theory and practice, and what we want is to sensitize the teachers of philosophy, that their activity in the classroom, should lead their students to face and solve their problems from the critical activity, surpassing the common sense, and proposing to elevate the cultural condition of the mass and the individuals. The objective of the research is to lead the teacher of Philosophy of High School to make a theoretical-methodological reflection of his teaching practice from the Gramscian philosophy, and for this, we developed some concepts, such as hegemony, ideology, organic intellectual. In this way, we defend changes in the teacher's position, since the latter, considered here as an organic intellectual, must play a decisive role in the intellectual and moral reform of his students, understanding that the result of these reforms must be economic reform. The work will be developed through an action research, as it involves the Philosophy teachers of the school as active participants in the research. There will be developed semi-structured interviews, training meetings and, finally, the development of a community newspaper, a blog, with the purpose of stimulating students to discuss daily problems in a more critical and systematic way. This action research thus turns to the teachers of the discipline of philosophy of the above school, all always analyzed on the basis of Gramscian thought.

Keywords: Gramsci; Intellectual Organic; School; Teacher; Social transformation; Daily.

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 – Recortes da fala do Professor Participante	55
Quadro 2 – Recortes da fala do Professor Participante	55
Quadro 3 – Recortes da fala do Professor Participante	56
Quadro 4 – Recortes da fala do Professor Participante	56
Quadro 5 – I Seminário	63
Quadro 6 – II Seminário	64
Quadro 7 – III Seminário	66

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2. FILOSOFIA DA PRÁXIS E A EDUCAÇÃO NA VISÃO GRAMSCIANA	15
2.1 A especificidade da Filosofia da práxis.....	15
2.2 Conceito de Ideologia	22
2.3 Hegemonia	25
2.4 O professor, como intelectual orgânico, construindo o consenso dentro de uma nova escola	30
3 METODOLOGIA	44
3.1 Pesquisa-ação no campo educacional.....	44
3.2 O universo da pesquisa e os sujeitos	48
3.3 Método para construção e análise dos dados.....	50
4. A INTERVENÇÃO FILOSÓFICA NO ENSINAR FILOSOFIA NUMA PERSPECTIVA DA PRÁXIS GRAMSCIANA	59
4.1 Os Seminários como formação continuada.....	59
4.2 Professores e a articulação entre teoria e prática: alguns resultados	66
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	78
APÊNDICES	83
ANEXOS	90

1 INTRODUÇÃO

O filósofo italiano Antonio Gramsci foi um homem que pensou os problemas do seu tempo, se inserindo na política, e, esteve também, muito preocupado com a questão educacional. Ele foi capaz de criticar a separação entre o fazer e o pensar, pois afirmava que todas as ações exigem o ato de pensar e que “todos os homens são intelectuais”, mas que nem todos assumem no seu grupo, a função de intelectuais.

Partindo dessa observação, o presente estudo, que leva o título “O ensino de filosofia no nível médio na perspectiva da práxis gramsciana” pretende investigar o trabalho do professor da disciplina filosofia no ensino médio, encontrando nessa atividade docente, a relação entre teoria e prática, seguindo a filosofia da práxis de Antonio Gramsci, e conseqüentemente, encontrar soluções para os problemas enfrentados em sala de aula, ou ao menos, encontrar encaminhamentos no sentido de esclarecer, sempre priorizando o trabalho coletivo na busca de compreender e resolver tais situações problemas.

Nesse estudo, vamos empreender um trabalho de conscientização do professor sobre a sua função nos moldes gramsciano, apresentando o que o filósofo italiano concebeu como intelectual orgânico de uma classe, nesse caso específico, da classe trabalhadora. Aquele educador das massas, que ao mesmo tempo, também se educa, buscando sempre, a partir da sua ação educativa, contribuir para a elevação cultural do grupo em que ele está inserido.

Para Antonio Gramsci, a educação é um dos instrumentos fundamentais na emancipação humana, afirmando que a escola, especialmente o professor, tem o papel de desenvolver o indivíduo, nesse caso específico, o aluno, como sujeito crítico e autônomo, capaz de pensar e transformar a si mesmo e a realidade onde ele está inserido, por meio da ação orientada pela teoria. No entanto, tentaremos também analisar o que é apresentado pela LDB 9.394/96, artigo 36, §1 que indica que, “ao final do Ensino Médio o aluno demonstre domínio dos conhecimentos necessários ao exercício da cidadania”. Nesse sentido, analisaremos os documentos oficiais, com o objetivo de compreender o conceito de cidadania e, a partir disso, dialogar com o pensamento gramsciano.

Essa pesquisa analisará o trabalho docente dos professores de filosofia no Centro de Ensino Oscar Galvão, no Município de Pedreiras-MA, utilizando como

referencial teórico a Filosofia da Práxis de Gramsci, para tanto, realizou-se uma pesquisa-ação, de caráter participativo, democrático, pois todos os participantes poderão contribuir, produzindo conhecimento, e principalmente, na busca de uma elevação intelectual e moral, entendida como social.

Essa pesquisa-ação tem o intuito de, visualizando o problema da não relação entre pensar e agir, pretende-se sugerir mudanças na postura do professor, em sua prática cotidiana na sala de aula, visto que esse pode ter um papel decisivo na formação intelectual e moral dos seus alunos, mediante a relação teoria e prática, que leva o educando a passar da anomia para a autonomia, por meio da heteronomia, deixando de ser governado e tornando-se governante.

O objetivo principal é desenvolver um trabalho de intervenção na atividade do professor em sala de aula, visando promover a elevação do grupo social que, para Gramsci, significa ser capaz de construir sua própria filosofia e superando o senso comum, gerando uma nova concepção do mundo, crítica e consciente, onde o sujeito - o aluno - se posicione no grupo social e se perceba como protagonista dentro da história. Esse intelectual orgânico, nesse caso o professor, deverá construir o consenso no seu grupo, utilizado desse espaço privilegiado, a escola, para construir a sua própria ideologia.

Vale lembrar que essa concepção gramsciana da escola como lugar privilegiado na luta para superar a dominação é um pouco diferente de um outro marxista, Althusser, que também apresenta a escola como lugar privilegiado, mas visualizando como um aparelho de inculcação das ideologias dominantes.

A relação entre senso comum e filosofia é central no pensamento de Gramsci, onde busca a superação e criação de uma nova concepção de mundo, ou seja, uma filosofia. Isso acontece por meio de um processo de desarticulação e rearticulação. Criticar a concepção da classe dominante, desarticular os seus interesses e rearticular os interesses populares, buscando a sua elevação cultural e social.

Nessa perspectiva, o filósofo italiano elabora a expressão Filosofia da Práxis, que remete nos seus primeiros escritos dentro do cárcere, ao materialismo histórico de Marx, um vínculo inseparável entre teoria e prática. A filosofia da práxis é uma atitude crítica de superação da antiga maneira de pensar, tendo como elemento importante o pensamento concreto existente, isto é, mundo cultural existente, um choque de concepções intelectuais e práticas que se opõem. Busca a superação do senso comum e propõe elevar a condição cultural e material da classe trabalhadora.

Para Gramsci, a Filosofia da Práxis, diferente de outras filosofias, desvela as contradições presentes na sociedade, e, por isso, o próprio filósofo compreende essas contradições, se colocando também, como elemento contrastante, elevando esse elemento a princípio de conhecimento e, conseqüentemente, de ação

É vista como uma filosofia que compreende e interpreta o mundo. No entanto, é uma atividade de intervenção no mundo, uma prática social que é realizada por sujeitos autônomos, conscientes e críticos. É uma relação necessária entre teoria e prática.

No estudo, desenvolveremos alguns conceitos gramscianos como ideologia, hegemonia, intelectual orgânico para poder compreender o papel da escola e do professor na vida do seu aluno. Na perspectiva de Gramsci, a filosofia não pode mais ser vista como puramente teórica, distante do mundo, pois ela compreende o mundo, como também contribui para transformá-lo, por meio da articulação entre o pensar e o agir.

Outro ponto que deverá ser discutido é o preconceito difundido de que a filosofia não é para o homem comum, mas uma atividade de uma classe privilegiada, e nesse ponto, iremos recorrer novamente a Gramsci, para desconstruir essa ideia, apresentando que todos os homens são filósofos, todos tem sua concepção de mundo, mas que precisa evoluir para concepção de mundo coerente, construída de forma crítica.

O problema observado foi justamente a concepção de filosofia distante do real, ou seja, que a mesma tem um caráter puramente teórico, desvinculada da realidade, deixando-a longe da vida prática, pensamento as vezes, em momentos de dificuldade encontrados em sala, compartilhado entre os professores que atuam com a disciplina. Essa constatação partiu da observação no cotidiano escola. Por exemplo, nos encontros semanais para planejamento de aulas, em geral, os professores de filosofia demonstravam suas dificuldades na docência da disciplina, lançando perguntas como: para que filosofia? Ou qual a utilidade da filosofia? Essas questões, segundo os próprios professores, desestimulavam o trabalho e que, entre os alunos, era evidente o desinteresse pelas suas aulas.

Diante do problema, iremos utilizar o método da pesquisa-ação, como meio para compreender a situação-problema e encontrar, de forma coletiva, as soluções para essa realidade. Usaremos como instrumento para construção dos dados, pesquisa de campo, a entrevista semiestruturada para conhecer o que os participantes já conhecem da relação entre teoria e prática no ensinar filosofia, a

pesquisa documental e a bibliográfica. Nessa bibliográfica a base será os escritos carcerários de Antonio Gramsci, além de comentadores de suas obras. Consideramos desenvolver 3 seminários para ajudar na formação dos docentes, nos encontros serão apresentados principalmente a filosofia de Gramsci e o espaço servirá para compartilhar as dificuldades encontradas em sala de aula e, de forma coletiva, encontrar soluções para os problemas. De acordo com Thiollent, a pesquisa-ação é

[...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (2005 p.16).

Portanto, o trabalho de pesquisa envolve todos os sujeitos participantes, e, o pesquisador não está de fora, observando os problemas, mas é alguém que está imbricado naquela realidade, vivenciando, e compartilhando dos mesmos problemas, e que visa superá-los. As experiências vividas em sala aula e socializadas, do trabalho efetivo do professor, serão sempre discutidas a partir do pensamento do filósofo italiano Antonio Gramsci, que desenvolveu a Filosofia da Práxis.

A participação dos professores em todo o processo será levada em consideração para que de forma coletiva, seja realizada a intervenção no modo de conceber e ensinar a disciplina de filosofia. Como na pesquisa-ação se almeja também, produzir conhecimentos e experiências, serão consideradas toda a produção dos professores, por exemplo, textos, matérias jornalísticas, impressa ou digital, entre outras, que possibilitem uma amostragem dos resultados obtidos.

A dissertação será estruturada em 3 partes. Na primeira parte, iremos discutir a filosofia da práxis de Antonio Gramsci, explorando principalmente os textos carcerários e seus comentadores, como forma de compreender a questão educacional, apresentando a necessidade de se conscientizar o professor como intelectual orgânico da classe trabalhadora, que utiliza de forma consciente e crítica a escola, como um dos espaços para elevação cultural e moral da classe trabalhadora. Na segunda, apresentaremos o percurso metodológico, o caminho que utilizaremos para esclarecer o problema observado e propor mudanças concretas na realidade escolar. E por fim, na última parte, iremos apresentar os resultados da pesquisa intervencionista, sempre analisados à luz da filosofia da práxis de Antonio Gramsci.

2. FILOSOFIA DA PRÁXIS E A EDUCAÇÃO NA VISÃO GRAMSCIANA

2.1 A especificidade da Filosofia da práxis

Antonio Gramsci, filósofo marxista, nasceu em 1891 numa região pobre da Itália, sendo de família numerosa e humilde, que sobrevivia do trabalho no campo. O jovem Gramsci resolve deixar Ales, na região da Sardenha, sua terra natal em 1911 para estudar em Turim, graças a uma bolsa de estudos, ingressando na Faculdade de Letras e Filosofia, sendo considerado por muitos, como um estudante brilhante.

Pouco tempo após sua chegada a Turim, filia-se ao Partido Socialista em 1915, passando a colaborar para imprensa da cidade, fato que o leva a dirigir a seção socialista do jornal. Em 1919 ajuda a fundar o jornal *L'Ordine Nuovo*, ganhando ainda mais notoriedade entre os operários italianos.

No ano de 1921, participa da fundação do Partido Comunista da Itália (PCI), e passa a ser o seu dirigente máximo. Já em 1924, foi eleito deputado, considerado um firme, corajoso e lúcido opositor a Mussolini, alertando, principalmente, que o governo pretendia implantar uma ditadura no país. Fato que se confirmou pouco tempo depois. No início desse período antidemocrático, e que foi muito criticado por Gramsci, Mussolini utilizando de um processo vergonhoso, ordena a prisão em 8 de novembro de 1926 do deputado marxista. Foi condenado a viver recluso durante 20 anos, como afirmou o promotor aos juízes: “é preciso impedir este cérebro de funcionar” (GRAMSCI, 1995, p.3) fazendo referência a Gramsci. Mesmo encarcerado, continua seus estudos, e, utilizando de uma linguagem codificada para despistar a censura fascista, Gramsci escreve mais de 30 cadernos manuscritos, conhecidos como “Cadernos do Cárcere” e “Cartas do Cárcere”, contendo uma análise da história, de filosofia, de política e da esfera educacional.

Sempre coerente, não aceitou o pedido de clemência sugerido por Mussolini, afirmando que caso aceitasse, seria o seu suicídio político. Até Croce, tanto criticado por Gramsci, o elogiou como homem de alta dignidade e que pensava os problemas do presente.

O ditador fascista, Mussolini, ordenou a libertação de Gramsci, pois temia que o mesmo morresse dentro da prisão, pois estava com a saúde muito abalada, e isso, causaria mais prejuízos à imagem do governo. Pouco após a ordem de libertação, em decorrência do sofrimento que passou nos anos dentro do cárcere, morrendo

vítima de AVC (acidente vascular cerebral) no dia 27 de abril de 1937 em Roma, sendo considerado um “mártir na luta contra o fascismo”.¹

O filósofo da Sardenha não foi um homem que apenas assistiu passivamente as transformações e problemas político-sociais que aconteciam no mundo, pelo contrário, ele foi um participante e sujeito ativo do seu tempo. Portanto é possível perceber que a situação vivida por Gramsci influenciou diretamente na sua elaboração intelectual, mesmo estando encarcerado em condições degradantes que o regime fascista o obrigou a viver. Ele aponta que os “fundadores da filosofia da práxis” são Marx, Engels e Lenin, e é nos cadernos 10 e 11 que ele discute os novos desdobramentos da filosofia marxista.

A expressão Filosofia da Práxis, a partir do Caderno 10, substitui sistematicamente e gradativamente a expressão “materialismo histórico” e “marxismo”. O objetivo dessa substituição de Gramsci é fugir da censura carcerária, combater o materialismo mecanicista, que não permite liberdade ao homem, pois a matéria age sobre o espírito, que é passivo, não reagindo sobre o mundo que o determina, portanto, o filósofo sardo propõe uma nova concepção de mundo. Traduz uma consciência política que visa unir a teoria e a prática, e portanto, podemos afirmar que é um vínculo inseparável. Os Cadernos estão marcados não por uma atividade meramente sistematizadora, mas profundamente criativa,

[...] no sentido em que ensina como não existe uma ‘realidade’ em si mesma, em si e para si, mas em relação histórica com os homens que a modificam, etc. (GRAMSCI 1999, p. 203).

Vale salientar que essa nova concepção do mundo indica que a análise filosófica deve mostrar como nasce o movimento histórico e que pela atividade crítica é possível encarar e contribuir para solucionar os problemas que se apresentam dentro da história. O trabalho do filósofo não está, simplesmente, no debruçar sobre a história, naquilo que o tempo apresenta, mas essa atividade é a partir dela, na atividade do indivíduo que cria, modifica e faz parte história.

A filosofia da práxis é o historicismo absoluto, a mundanização e terrenalidade absoluta do pensamento, um humanismo absoluto da história.

¹ Dados biográficos retirados das obras:

Gramsci, Antonio. Americanis e fordismo. Tradução Gabriel Bogossiam. São Paulo: Hedra: 2008

_____. Concepção dialética da História. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 10. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 1995

Nesta linha é que deve ser buscado o filão da nova concepção do mundo. (GRAMSCI 1999. p. 155)

Para Gramsci (1995), a filosofia da práxis é uma atitude crítica de superação da antiga maneira de pensar, tendo como elemento importante o pensamento concreto existente, ou o mundo cultural existente. Critica a dificuldade de compreender o pensamento como atividade humana que transforma o mundo, um trabalho que produz efeitos práticos. Para Marx é a relação necessária entre teoria e prática

Tese I: O principal defeito de todo materialismo até aqui (inclusive o de Feuerbach) é que o objeto, a realidade, a sensibilidade, só são apreendidos sob a forma de objeto ou de intuição, mas não como atividade humana sensível, como práxis, não subjetivamente. [...] Feuerbach quer objetos sensíveis, realmente distintos dos objetos do pensamento; mas não vê a própria atividade humana como atividade objetiva.

Criticando o materialismo vulgar, principalmente de Feuerbach, Marx influencia decisivamente o pensamento de Gramsci. Na perspectiva feuerbachiana, o homem é apenas um produto do mundo, das circunstâncias, sendo a história concebida como uma atividade que produz o homem, concebendo a consciência humana como receptora, passiva, sem a capacidade de intervir na realidade, portanto, sem a possibilidade da existência de liberdade, e contrário isso, Marx apresenta que o homem é que modifica a realidade, sendo também modificado por ela, numa relação necessária entre o conhecer e o agir, um trabalho que humaniza a natureza, transformando-a, mas também, modificando o próprio sujeito que a transforma.

Já nas teses 2 e 8 Marx discute o problema da relação entre teoria e prática. Na tese segunda afirma:

Tese II: A questão de atribuir ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas prática. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e a força, o caráter terreno de seu pensamento. A disputa acerca da realidade ou irrealidade do pensamento (visto isoladamente da práxis) é uma questão puramente escolástica. (Marx, 1978)

Posterior, na tese 8, apresenta:

Tese VIII: A vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que levam a teoria para o misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão dessa prática. (MARX, 1978)

Fica claro nas teses apresentadas, que o pensamento não pode ficar somente na abstração, mas ele deve estar ligado à realidade, à prática. Essa relação apresentada por Marx, é criadora e transformadora, a teoria orienta a prática, e esta, a retifica, teoria e prática tornam-se, assim, indissociáveis.

Portanto, tanto para Gramsci quanto para Marx, a filosofia deve estar intimamente ligada aos problemas vividos pelos sujeitos históricos. Podemos afirmar que é a morte da antiga filosofia, enquanto atividade exclusiva do pensar, que fica somente na interpretação do mundo, na abstração. Na perspectiva gramsciana, é necessário uma filosofia que possa está diretamente ligada as questões históricas que o indivíduo está incluso.

A grande preocupação do marxista sardo era realmente a transformação da sociedade, e de que forma era possível os subjugados tomarem o poder, libertarem-se do governo da classe dominante, preocupação essa que era inspirada na décima primeira das *Teses sobre Feuerbach*, de Marx, “os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo” (MARX 1978). Não é possível pensar a filosofia da práxis sem a sua compreensão e relação com a história. É seguindo Marx, que o filósofo italiano, constrói suas interpretações filosóficas. A filosofia da práxis é uma filosofia historicista, não existindo uma determinação atemporal de categorias, valores e conceitos. Ela está intimamente ligada à vida e é construída na instabilidade do mundo, nas relações sociais e nas disputas constantes.

A filosofia da práxis busca a elevação do senso comum ao bom senso, e objetivando elevar a condição cultural e material da massa e dos indivíduos. Attilio Monasta refere-se à filosofia da práxis de Gramsci como

[...] um instrumento ideológico para ampliar a consciência das massas sobre o mecanismo da política e da cultura e sobre a determinação histórica e econômica das ideias, tornando as massas populares melhor capacitadas para controlar suas vidas e ‘dirigir’ a sociedade ou ‘controlando os que a dirigem’. (MONASTA 2010, p.30)

Um vínculo permanente entre teoria e prática, do pensar e do agir, critica a maneira tradicional de se separar o trabalho manual e trabalho intelectual, como também, sua singularidade, conforme apresentado a seguir.

A originalidade da “filosofia da práxis” se assenta no fato de que é a única “ideologia” que pode criticar a si própria, isto é, que consegue descobrir as

raízes 'materiais' (ou seja, econômicas e políticas) de todas as doutrinas (incluindo, portanto, do próprio marxismo) e articular entre si, permanentemente, a teoria com a prática (ibidem, p.31)

Ela é diferente de outras filosofias, pois tem consciência das contradições presentes dentro da sociedade, e por isso o próprio filósofo compreende as contradições e concebe a si mesmo como elemento da contradição, eleva esse elemento a princípio de conhecimento e, conseqüentemente, de ação (GRAMSCI, 2011).

A Filosofia da Práxis propõe uma nova concepção de mundo, é uma filosofia original, ela não se confunde e não se reduz a nenhuma outra filosofia: “ela não é original apenas enquanto supera as filosofias precedentes, mas sobretudo enquanto abre um caminho inteiramente novo, isto é, renova de cima a baixo o modo de conceber a própria filosofia” (GRAMSCI, 2011, p.154).

[...] o primeiro destes problemas a colocar e compreender é o seguinte: a nova filosofia não pode coincidir com nenhum sistema do passado, não importa qual seja o seu nome. Identidade de termos não significa identidade de conceitos (GRAMSCI, 1999, p.128).

De uma forma bem resumida, para o filósofo da práxis essa nova filosofia deve estar em harmonia e vinculada aos problemas existentes da vida do homem. É uma superação da naturalização do mundo e da “história”, desse modo de agir pronto e imediato que é comum na cultura dos subalternos. O filósofo sardo chama a atenção dessa necessidade do despertar da capacidade política que o homem tem, que pode levá-lo ao autogoverno e à tomada de uma nova direção, construindo uma concepção de vida superior, na direção de outra civilização.

[...] é uma atividade teórico política e histórico social dos grupos “subalternos” que procuram desenvolver uma visão global de mundo e um programa preciso de ação dentro do contexto em que vivem, com os meios que tem à disposição, visando construir um projeto hegemônico alternativo de sociedade”. (SEMERARO, 2006, p.69)

Nessa perspectiva, essa nova forma de pensar, essa nova filosofia, deve ser compreendida como uma construção da classe subalterna, que se organiza com seus intelectuais, tendo como objetivo, superar a dominação da elite, classe exploradora que carrega uma visão restritiva e desumana em relação a classe trabalhadora. Portanto, essa nova organização busca ter uma visão humana,

universal e social do mundo, que partindo das suas práticas, os subalternos devem encontrar alternativas para superação dessa dominação chegando ao autogoverno. Não é um trabalho apenas individual, é um projeto coletivo, e para Gramsci, somente dessa forma os subjugados poderão alcançar a liberdade.

Em Marx e também em Gramsci, não se pode aceitar a separação entre o pensar e o agir.

Destacada da teoria da história e da política, a filosofia não pode deixar de ser metafísica, ao passo que a grande conquista da história do pensamento moderno, representada pela filosofia da práxis, é precisamente a historicização concreta da filosofia e sua identificação com a história. (GRAMSCI 1999, p.144).

Para Gramsci a filosofia da práxis é uma filosofia que compreende e interpreta o mundo. No entanto, é uma atividade de intervenção no mundo, uma prática social que é realizada por sujeitos autônomos, conscientes e críticos. E seguindo esse quadro, “a filosofia deve se tornar política para ser verdadeira” (GRAMSCI, 1999, p.189) e que a filosofia da práxis “é uma filosofia que é também uma política e uma política que é também uma filosofia” (GRAMSCI, 2007b, p.37).

Segundo Semeraro (2006), essa ligação existente entre filosofia, política e economia, forma indivíduos conscientes de seu papel na história, capaz de compreender as contradições e de realizar transformações. Não se pode compreender a política como uma ação imediata e a economia como um poder separado que define os rumos do mundo.

A construção do novo modo de viver, de pensar e agir, com a pretensão de superar a ordem capitalista, Gramsci acena que é justamente na reforma econômica que se apresenta o resultado concreto que é obtido com a reforma intelectual e moral,

Pode haver reforma cultural, elevação civil das camadas mais baixas da sociedade, sem uma precedente reforma econômica e uma modificação na posição social e o mundo econômico? Eis por que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica. E mais, o programa de reforma econômica é o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral. (GRAMSCI, 2007a. p.9).

Portanto, em Gramsci, não é possível acontecer uma reforma cultural das camadas subalternas se, concomitantemente, não acontecer a transformação radical da esfera produtiva (reforma econômica), pois estão intimamente ligadas, dependentes

umas das outras. Indubitavelmente, a filosofia tem que está direcionada para os problemas existentes na vida do homem, e especificamente, ela deve libertar o homem subjugado, buscando a partir da interpretação do mundo a sua elevação intelectual e moral e, conseqüentemente, contribuir para melhorar sua condição econômica, é nesse sentido que o marxista sardo apresenta o filósofo como um político.

[...] o verdadeiro filósofo é — e não pode deixar de ser — nada mais do que o político, isto é, o homem ativo que modifica o ambiente, entendido por ambiente o conjunto das relações de que todo indivíduo faz parte. Se a própria individualidade é o conjunto destas relações, construir uma personalidade significa adquirir consciência destas relações; modificar a própria personalidade significa modificar o conjunto destas relações” (GRAMSCI, 1999, p. 413)

Vale salientar que assim como Marx, Gramsci entende a formação da subjetividade política dos grupos subalternos, que ocorre no processo de construção da hegemonia, que tem a capacidade de superar a fragmentação do senso comum². Eles atribuem importância a ideologia articulada à base material da existência humana. Ele define a ideologia como “uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica em todas as manifestações de vida individuais e coletivas (GRAMSCI 1995, p.16). Esse novo modo de conceber o mundo, que a classe trabalhadora deve construir coletivamente, sendo própria, diretamente ligada a sua existência, é

“Para Gramsci, o coração da hegemonia sociopolítica de uma classe dirigente ou de uma classe revolucionária é a capacidade de produzir, ao lado da riqueza material, principalmente riqueza teórica, a elaboração de uma visão própria de mundo não subordinada ou colonizada por patrimônios ideológicos alheios. A capacidade de decidir e definir a identidade da própria subjetividade conforme uma filosofia própria, em que não haja mais discrepância entre o plano material e a auto representação, entre o fazer e o saber dele”. (FINELLI, 2001, p.105).

É nesse sentido, que a filosofia da práxis de Gramsci, compreende que é necessário a classe subalterna desenvolver a capacidade de construir a sua própria concepção de mundo, a sua filosofia própria, tendo como elemento fundamental, a sua realidade, com seus problemas e interesses coletivos, não mais subordinando-se aos interesses e visão da classe dominante.

² O conceito de hegemonia será discutido mais adiante.

2.2 Conceito de Ideologia

Inicialmente, é importante ressaltar que no pensamento de Gramsci a ideologia se apresenta também como algo positivo, o marxista sardo não atribui a seu conceito somente um aspecto negativo, como muitos interpretaram o pensamento de Marx. Nesse sentido, ele dirige uma crítica a Croce no Caderno 10, quando esse pensador descreveu a ideologia como falsa consciência da realidade ou pura ilusão, essa construída pela elite, objetivando manipular a classe dominada. Para o filósofo autor dos escritos carcerários, não é possível se acreditar que toda uma população esteja em estado de completa cegueira e alienação, que não seja capaz de se revoltar e se organizar em luta.

O sardo reconhece que ideologia pode ser uma mistura de valores da classe dominante contrários às experiências de vida das massas, mesmo assim ela não é apenas um conjunto de ideias abstratas e constituídas por normas lógicas, ela está relacionada a uma época e às forças sociais, econômicas e culturais. O que Gramsci entende é que “as ideologias podem se tornar tanto instrumento de dominação como de promoção dos grupos subalternos” (SEMERARO, 2006, p.29-30), e sendo assim, a partir da realidade concreta³ dos subjugados, se possa construir sua própria ideologia, a sua nova concepção de mundo, para se alcançar as conquistas sociais. É justamente, por meio da ideologia, que os grupos sociais tomam consciência de sua posição, força e obrigações na luta e transformação de sua condição de vida;

Gramsci questiona o problema da religião tanto confessional como laica que se apresenta como unidade de fé entre uma concepção do mundo e uma norma de conduta adequada a ela: “mas por que chamar esta unidade de fé de “religião”, e não de “ideologia” ou mesmo de “política”? Nessa perspectiva, o autor deixa claro que ideologia é uma concepção de mundo que se materializa na vida real, não é simplesmente uma realidade aparente, artificial, a mesma constrói, a partir das práticas coletivas, uma nova realidade. A ideologia faz com que o sujeito pertença a um determinado grupo, em que o pensar e o agir são compartilhados. Ela se manifesta dentro da realidade concreta de um povo, e é importante deixar claro, que não é resultado de um indivíduo, mas de uma coletividade organizada, de um grupo

³ “São as relações de forças historicamente produzidas e objetivadas entre os grupos sociais” (SEMERARO, 2006. p. 28)

ou bloco social, são as expressões sempre renovadas do desenvolvimento histórico real.

É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias à uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalistas, “desejadas”. Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Na medida em que são “arbitrárias”, elas não criam senão movimentos individuais, polêmicas, etc. (GRAMSCI, 1995 p. 62-63).

Novamente, Gramsci apresenta os dois aspectos da ideologia. Sendo construída e disseminada pela burguesia, ela apresenta interesses particulares como sendo de toda a sociedade, e nesse caso, por ser arbitrária, ela deve ser combatida, pois legítima a condição social dos oprimidos. Por isso, tornar-se necessária se construir, a partir da realidade e vivências coletivas da classe trabalhadora, sua própria ideologia, que a leve a lutar pela realização do seu projeto próprio de sociedade.

Para o marxista italiano, existe um modo de filosofar, uma hermenêutica filosófica, e ele afirma que esse modo, não é uma filosofia do ato puro, pois se torna uma metafísica (LOSURDO, 2011) mas deve-se manter a filosofia em relação estreita com os processos históricos, e o que vai definir a ideologia é seu contexto na realidade de um tempo e de uma sociedade.

As ideologia se manifestam de diversos modos, através da filosofia espontânea, um modo de conceber o mundo que é “peculiar a todo mundo”, que se revela na linguagem, no senso comum e no bom senso, na religião popular e em todo o sistema de crenças e naquilo que se conhece como folclore⁴. (GRAMSCI, 1995 p.11). Especificamente ao senso comum e a filosofia, Gramsci aponta que

[...] não existe um único senso comum, pois também ele é um produto e um devenir histórico. [...] Na realidade, não existe filosofia geral: existem diversas filosofias ou concepções do mundo, e sempre se faz uma escolha entre elas” (1995, p.96)

Nosso autor marxista, introduz um entendimento novo sobre o senso comum, pois para ele, é uma concepção de mundo ingênua, que deve ser compreendida

⁴ É importante informar que o senso comum na compreensão de Gramsci não é um saber elaborado, pois não passa de um conjunto de ideias desarticuladas. No caso da religião, a crença sempre impõe limites aos questionamento e a igreja sempre manteve a separação entre os dirigentes (clero) e os fiéis, o que acaba reprimindo seus intelectuais e impede a elevação cultural.

como uma filosofia espontânea, construída inconscientemente e desagregada a partir do ambiente cultural. É importante ressaltar que a necessidade de se elevar do nível da consciência ingênua para a crítica, significa alcançar uma concepção de mundo consciente e coerente, a partir da atividade crítica e reflexiva, pois “[...] a crítica à própria concepção do mundo, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído” (GRAMSCI, 1999, p. 94). Nesse momento se constrói o campo das disputas, espaço propício para os conflitos e lutas em torno dos projetos coletivos. Nesse terreno de conflitos, o cotidiano é descrito como

[...] o local do choque dos projetos classistas que buscam impor sua visão e controle sobre os demais, é o espaço da luta de classes. Por isso, Gramsci fala da necessidade para as classes subalternas de construir e praticar a crítica dos discursos tendencialmente hegemônicos dos dominantes. Isto não é, contudo, suficiente. Faz-se necessário destruir as condições sociais que tornam possíveis aqueles projetos (DIAS, 2006, p. 58).

Essas ideologias diversas e contraditórias pertencem às diversas classes e, em momentos diferentes, portanto, são interesses das classes sociais que estão dispostos dentro de um contexto histórico de modo conflitante. É especificamente desse modo, que as ideologias são fundamentais na organização social. Não é possível uma modificação na estrutura de uma sociedade e nem muito menos a sua manutenção sem ideologia. Elas organizam as massas, forma as classes sociais, faz o sujeito ter consciência da sua posição. Nessa perspectiva, é necessário reafirmar a importância da classe trabalhadora construir sua própria ideologia, a partir, de suas experiências e necessidades.

A noção da necessidade de intervenção nos elementos ideológicos já era demonstrada por Marx e Engels na obra *A Ideologia Alemã*, e é nessa compreensão que Gramsci se apegua

Com efeito, cada nova classe que toma o lugar da que dominava antes dela é obrigada, para alcançar os fins a que se propõe, a apresentar seus interesses como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade, isto é, para expressar isso mesmo em termos ideais: é obrigada a emprestar as suas ideias a forma de universalidade, a apresentá-las como sendo as únicas racionais, as únicas universalmente válidas (MARX, 1989, p.74)

As diversas ideologias, nos mais variados períodos da história representam a consciência, o modo como as classes se organizam, se relacionam e entram em

conflito. É um conflito que se apresenta de diversas formas ideológicas, mantendo ou negando o modo dominante de um grupo social. É uma escolha política que demonstra o nível de criticidade ou subordinação de um grupo social, a consciência que esse bloco social tem de si mesmo e do projeto que pretende implantar. Se todos os homens são filósofos, já que todos tem sua concepção de mundo, então é necessário a partir de uma atividade filosófica, este homem, tomar consciência de seu papel e sua posição no grupo, construir dentro da coletividade, uma visão de mundo a partir de sua prática, defendendo os interesses do seu bloco de forma crítica, na busca de realizar sua hegemonia.

A filosofia da práxis é um processo de reflexão que requer a transformação do mundo. Ao refletir os problemas do cotidiano, o sujeito histórico constrói uma nova forma de explicar a realidade na qual está inserido. Essa nova forma de compreensão que emerge do esforço psicofísico do sujeito é o que Gramsci compreende como ideologia.

Nesse sentido, a filosofia é a atividade crítico-reflexiva e a ideologia é o resultado desse esforço para explicar, justificar, validar e confrontar outras concepções de mundo. Noutros termos, é a partir da atividade filosófica que se produz um conjunto de ideias intitulado de ideologia, visando construir concepções de mundo podem tanto legitimar o projeto sectário burguês, quanto instituir uma nova ordem social contra e para além da sociedade do capital.

Assim, filosofia e ideologia se relacionam, mas se diferenciam. A primeira se encontra no campo da problematização crítica do mundo, enquanto que a segunda diz respeito ao resulta da atividade problematizadora, pois é a partir dela que emergem ideias que explicam, justificam e legitimam uma determinada concepção de mundo, visando a construção da hegemonia.

2.3 Hegemonia

Em toda a obra carcerária de Gramsci, o conceito de hegemonia se torna central, uma espécie de fio condutor de sua análise, e na nossa discussão, esse conceito será importante para a compreensão dos preceitos educacionais. Sendo que, ideologia e hegemonia se relacionam, pois para se compreender o primeiro termo, o segundo é fundamental.

É importante destacar que a noção de hegemonia surgiu dentro do marxismo, mas foi o filósofo sardo que conseguiu fazer uma elaboração mais sistematizada sobre o termo, como forma de pensar as relações sociais. Mesmo não tendo falado diretamente sobre hegemonia, Gramsci atribui a Lenin a origem do conceito, influenciando o seu pensamento e ação política (COUTINHO 1992), pois a aproximação entre os dois autores está justamente no conceito de hegemonia. No entanto, Lenin pontua apenas a ditadura do proletariado, destacando o seu caráter coercitivo, enquanto que Gramsci sublinha a importância de se construir uma classe de sujeitos revolucionários, por meio de uma combinação permanente da força e consenso, mas em medidas diferentes, pois sem o segundo, e, em maior medida, a classe dominante faria o uso maior da força para se manter no poder, o que poderíamos chamar de ditadura. É justamente nesse ponto que acontece uma ruptura entre Lênin e Gramsci,

[...]o problema essencial para ele [Lênin] é a derrubada, pela violência, do aparelho de Estado: a sociedade política é o objetivo e, para atingi-lo, uma prévia hegemonia política é necessária: hegemonia política porque a sociedade política é mais importante, em suas preocupações estratégicas, do que a civil [...] Gramsci, ao contrário, situa o terreno essencial da luta contra a classe dirigente na sociedade civil: o grupo que a controla é hegemônico e a conquista da sociedade política coroa essa hegemonia, estendendo-a ao conjunto do Estado (sociedade civil mais sociedade política). A hegemonia gramscista é a primazia da sociedade civil sobre a sociedade política. (PORTELLI, 1977, p. 65)

Como a sociedade civil ocupa um lugar mais importante em relação a sociedade política, torna-se necessário compreender esses conceitos gramscianos, para esclarecer o que é hegemonia. Primeiro, devemos examinar o que ele compreendeu por estrutura e superestrutura. Por estrutura, descreve como a dimensão econômica da existência humana, enquanto que superestrutura, se refere à dimensão ideológica, política e cultural, portanto, é nesse domínio que estão presentes as ideologias. A sociedade civil faz parte da superestrutura, articulada a estrutura, espaço onde circulam as ideologias e valores, sendo formada por escolas, associações, sindicatos, dentre outros. Ela “abrange o complexo das superestruturas ideológicas” (GRISONI; MAGGIORI, 1973, p.176). No entanto, mesmo tendo conceitos diferentes, Gramsci afirma que não é possível desassociá-los, separando completamente estrutura e superestrutura. No entanto, seguindo o entendimento de Bobbio (2002, p.54), “a teoria de Gramsci introduz uma profunda inovação em

relação a toda a tradição marxista. A sociedade civil, em Gramsci, não pertence ao momento da estrutura, mas ao da superestrutura”, vale ressaltar que esse conceito trabalhado por Bobbio, sofreu muitas críticas de outros estudiosos de Gramsci, pois alguns afirmavam que o filósofo sardo deixaria de ser um marxista com essa análise bobbiana.

Porém, Bobbio defende-se afirmando que:

Confesso que nem de longe me passou pela cabeça a ideia de defender a tese segundo a qual Gramsci não era marxista, e, mais do que isso, que era idealista. [...] minhas intenções, que eram a de mostrar que – no âmbito da tradição do pensamento marxista – Gramsci não fora um repetidor, mas um intérprete original. [...] Com isso, não se pretende absolutamente negar o marxismo de Gramsci, mas chamar a atenção para o fato de que a reavaliação da sociedade civil não é o que o liga a Marx, mas precisamente o que o distingue dele. (BOBBIO, 2002, p.19)

Nesse espaço de luta, a direção intelectual e moral – hegemonia – deve ser exercida por um grupo dominante, que participa da mesma classe que pretende guiar. No entanto, esse direcionamento, leva em consideração a realidade do grupo, com suas dificuldades e anseios, não sendo fundamento em interesses particulares e nem de uma outra classe.

Mesmo existindo essa diferença do entendimento de Lênin, pois o mesmo concebia a força como mais importante na conquista e manutenção do poder, para Gramsci, o consentimento do grupo social deve prevalecer, pois a noção de hegemonia adotada pelo filósofo sardo é a mesma leninista, uma vez que segue o princípio teórico-prático. Na verdade, segundo Gramsci, a grande contribuição de Lenin para a filosofia da práxis foi justamente o entendimento de unir teoria e prática.

Outro destaque é necessário expor para compreender o conceito de hegemonia.

O fim da atividade humana, assim, é manter ou impor uma unidade do pensamento e da vida – uma concepção de mundo. A ação que se dirige a este fim, denomino-a ação hegemônica, e por hegemonia entendo a supremacia de uma concepção de mundo sobre a outra, ou, traduzindo na linguagem da apreciação do comportamento cotidiano, a supremacia de uma conduta sobre a outra (FERREIRA, 1986, p. 9-10)

Em Gramsci, ela não é simplesmente uma dominação de uma classe social sobre outra, entendida como um espaço que coexiste a classe dominante e classe dominada. A hegemonia por ser obtida pela coerção e pela divulgação de valores

que um grupo aceita por consenso, portanto, quem possui a hegemonia, terá também os aparelhos ideológicos que influenciam a vida dos indivíduos. O poder é resultado da hegemonia, assim como afirma Emilio Lucio-Villegas.

De forma muito resumida, podemos dizer que a hegemonia é uma forma de guia intelectual, política, cultural e moral de uma sociedade num determinado momento histórico. A distinção que Gramsci estabelece entre direção de classe e domínio de classe é substantiva e permite explicar como a hegemonia não é um fenômeno homogêneo. Vai-se constituindo antes da conquista do poder; e, sobretudo, o aspecto que mais nos interessa, é que pode ser hegemônico nuns espaços e não noutros. (2007, p.47).

Podemos então compreender que o termo não é concebido como domínio puro, pois a hegemonia compreende uma direção intelectual e também moral, que deve ser aceita antes de se chegar ao poder. O grupo social, coletivamente, constrói seu próprio projeto de sociedade, e essa direção deve ser exercida em todos os espaços desse grupo. Se essa direção diminui, inicia-se uma crise hegemônica, o que contribui para criar a abertura de um novo terreno hegemônico, pois deve-se compreender que a hegemonia não se constrói de uma única vez, é um processo demorado e constante, dentro de um ambiente conflituoso, pois o grupo hegemônico se estabelece como dominante, mas há um movimento permanente de reposicionamento de classe, pois novos grupos buscam alcançar o poder.

No pensamento gramsciano, hegemonia é o momento do consenso e essa afirmação faz surgir um problema, pois a conquista do poder não é um trabalho fácil, imaginemos o quão difícil será alcançar e manter o poder de uma classe, tendo como base o consenso, pois até por meio da coerção a manutenção do domínio é algo difícil de se conseguir. Nesse sentido, o termo se conecta com democracia, pois Gramsci compreendia que no sistema hegemônico, há democracia, ou seja, existe a possibilidade dos “grupos dirigidos” assumirem a posição de “grupo dirigente”

Para Moraes

[...] Uma classe é tanto mais forte, isto é, hegemônica (dominante e dirigente) quanto mais seus valores e visão de mundo forem impostos através do consenso (sem o uso da coerção, da violência física) e aceitos como legítimos pelas classes dominadas]. (1978, p.84-85)

Gramsci reconhecia essa dificuldade, por isso destacava que seria um trabalho que exigiria longo prazo, um trabalho de base, de formação, e mesmo

sabendo que a escola, especificamente, a do proletariado, classe subjugada, é um lugar privilegiado para essa atividade, não poderia se limitar somente a ela, pois o trabalho dos intelectuais deveria ser ampliado para todos os espaços sociais. A hegemonia está intimamente ligada a formação educativa, pois ela é consequência de ações práticas dentro do campo da disputa política. Sendo assim, é uma construção lenta que requer tempo e dedicação dos intelectuais daquele grupo social que deseja alcançar o poder. Um trabalho construtivo que se dá no presente para se chegar ao poder, portanto, deve se reafirmar, a hegemonia é o caminho para a conquista do poder.

Ideologia e Hegemonia estão ligados entre si, para se compreender o primeiro é necessário compreender o que Gramsci entende por hegemonia. Enquanto a ideologia é uma concepção de mundo, a hegemonia é o predomínio dessa concepção, por meio da força e do consenso. Nesse sentido, o segundo é compreendido como reforma intelectual e moral. Dias (2014) em seu trabalho *Hegemonia: Nova Civiltà ou Domínio Ideológico?*, destaca que é a capacidade que uma classe tem, subalterna ou burguesa, para elaborar sua visão de mundo.

Por conseguinte, a compreensão de hegemonia, seguindo Dias, não está limitada necessariamente à conquista de uma maioria política, mas à conquista de uma nova civilização, de uma racionalidade própria de uma classe que pretende tornar-se hegemônica.

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, 2007a, p. 48)

Aqui retorna o entendimento que é necessário se considerar os problemas e os interesses da classe que pretende tornar-se hegemônica. Mas infelizmente, é muito comum, segundo Gramsci, um determinado grupo social, que está em situação de subordinação, adotar a concepção de mundo que não é a sua, isto é, acaba adotando a visão de mundo do grupo que o oprime, mesmo sendo contrária a sua atividade prática. Segundo nosso autor, essa concepção imposta pelo outro é adotada acriticamente, sem coerência e desagregada. Nesse sentido, é possível

afirmar que, coexistem duas visões de mundo, uma do pensar, imposta pela classe dirigente e a outra do agir, que são as experiências vivenciadas pela classe subjugada, e, por isso, é necessário superar esse problema, construindo a sua própria.

O importante, segundo Gramsci, é conservar a unidade ideológica da classe subalterna. Usando como exemplo a Igreja Católica, pode-se perceber que para manter a sua doutrina, a mesma não distanciou os seus intelectuais (padres) dos homens simples (fiéis), evitando o surgimento de outras igrejas. Seguindo esse exemplo, é possível afirmar que para se alcançar a elevação intelectual e moral de um grupo subjugado, torna-se necessário evitar a separação entre os intelectuais e a massa. Isso é semelhante à unidade entre teoria e prática. Esses intelectuais devem participar da vida prática desse grupo, para que possa conhecer os problemas vividos, e assim, poder coerentemente encontrar soluções para as situações vivenciadas. Esses intelectuais que estão unidos à classe trabalhadora, Gramsci chama de intelectuais orgânicos.

2.4 O professor, como intelectual orgânico, construindo o consenso dentro de uma nova escola

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (GRAMSCI, 2001, p. 15)

Para Gramsci, todo grupo social cria os seus intelectuais para afirmar e tornar legítimo a sua posição de classe. As empresas têm os seus intelectuais, por exemplo, o técnico da indústria, o economista, que faz a elaboração superior, buscando a organização de uma nova cultura, que possa referendar o projeto de expansão e manutenção da própria classe. Nessa citação, podemos identificar a necessidade histórica desses intelectuais orgânicos, a sua função política, a sua organicidade, e o seu vínculo com a classe, tendo consciência do seu papel no grupo. A sua ação é direcionada ao seu grupo, agindo com os seus, é capaz de organizar ideias e concepções de mundo de forma coerente e crítica, que, por sua vez, deve ser compartilhada por todos. Ele não se coloca acima da sua classe, ele está inserido na realidade daqueles que representa.

O conceito de intelectual orgânico implica as relações dos grupos intelectuais com as classes fundamentais e a explicitação de suas funções técnicas. A concepção de organicidade é inerente à formação mesma das suas competências e das funções que desenvolvem no interior do modo de produção capitalista, inclusive o encaminhamento das lutas junto à classe a que está vinculado. Estar vinculado organicamente a uma classe não significa agir de fora, externamente, de maneira mecânica. Significa sim, participar efetivamente de um projeto junto às classes fundamentais: burguesia ou proletariado ((SIMIONATTO, 2011, p. 63)

Ele está inserido no grupo, participando dos mesmos problemas que os demais enfrentam, expressa, organiza e defende os propósitos dos mesmos, sempre busca dar consciência e unicidade. É justamente a sua inserção e sua função de organizador que o caracteriza como orgânico.

O que Gramsci propõe é uma nova sociedade humana, não mais a capitalista, mas a socialista, uma construção da classe trabalhadora unida aos seus intelectuais orgânicos.

Para compreender o conceito de intelectual orgânico é importante esclarecer o que Gramsci define por intelectual de forma geral. Intelectual, segundo o filósofo marxista italiano, não é somente o que se conhece tradicionalmente como intelectual, mas é toda a massa social, que tem a função de organização, ou seja, não limita a concepção de erudito, produtor de conhecimento.

Gramsci, mesmo sendo intelectual e político, um dos fundadores do Partido Comunista Italiano (PCI), não podemos limitar as suas contribuições somente a esse campo, pois a educação ocupou uma posição de destaque em sua vida. As formulações sobre a educação estão em relação íntima com a política e economia, com a vida em sociedade, pois nessa construção, buscava o fim da divisão de classes. Portanto não é possível, em Gramsci, uma separação entre educação, política e economia, pois compreendeu que o professor deveria assumir essa posição de intelectual orgânico de sua classe social, buscando construir a hegemonia do seu grupo, pois é fato que o educador forma ideias e concepções de mundo, ao ensinar, ele acaba influenciando seus estudantes, pois é trabalho contínuo que buscar elevar intelectualmente a sua classe.

Em relação a busca do consenso, o traço mais importante do intelectual orgânico é justamente a sua função política, pois esse aspecto dá sentido à sua existência dentro da história daquele grupo social. Por darem homogeneidade e consciência da própria função, eles são responsáveis por construir o consenso daquele grupo que ele pertence, garantindo a hegemonia. Portanto, esse novo

intelectual da classe trabalhadora é caracterizado como alguém que está inserido ativamente na vida prática do grupo, desempenhando a função de organização, sendo educador, e principalmente ajudando na direção política do seu bloco histórico, e, não se pode deixar de ressaltar que esses intelectuais, indicando o professor como um, a partir de sua atividade pedagógica, devem fazer surgir os novos intelectuais para a classe subjugada.

Dentre esses espaços privilegiados de atuação, a escola, é vista por Althusser (1970)⁵, predominantemente no livro *Aparelhos Ideológicos do Estado*, como um aparelho ideológico responsável pela formação dos sujeitos alinhados às demandas do capitalismo, difundindo as ideologias dominantes, através dos discursos escolares. Portanto, na visão de Althusser, a escola não é um espaço neutro, ela atua sob orientações e normas do Estado, e está a serviço da classe dominante, defendendo seus interesses, e inculcando na classe dominada, as ideias burguesas.

É importante destacar que o filósofo francês marxista, apresenta o homem como um sujeito possível de ser alienado, formado pela ideologia, o que o torna submisso ao sistema. Nesse sentido, o objetivo principal do Estado é a reprodução das relações de produção e a escola é um dos aparelhos mais importantes na reprodução da ideologia da classe dominante, tendo o papel de tornar natural a divisão do trabalho, mantendo a condição subalterna. Consequentemente,

[...] formar o trabalhador significa, não propriamente, ou não apenas, qualificar seu trabalho, mas tornar, para o indivíduo, natural e necessária a equivalência entre a qualidade do trabalho e a quantidade da força de trabalho; tornar natural e necessária a venda da força de trabalho; a submissão às normas de produção, à racionalidade da hierarquia na produção, etc. (ALTHUSSER, 1985, p. 12).

Para Barbara Freitag, a escola na medida em que qualifica o homem, também, “inculca-lhes uma certa ideologia que os faz aceitar a sua condição de classe, sujeitando-o, ao mesmo tempo, ao esquema de dominação vigente” (FREITAG, 1980, p. 34). A escola é reprodutora da força de trabalho, não oferecendo condições para a superação da divisão de classes, mas fazendo, como aparelho ideológico privilegiado, com que haja uma aceitação natural da sua

⁵ É importante apresentar o entendimento de um outro marxista que difere de Gramsci para fortalecer a compreensão sobre a função da escola

condição de submissão, o que permite a distinção entre dominadores e dominados. Retornando o filósofo francês, ele afirma que:

Ora, é através da aprendizagem de alguns saberes práticos (*savoir-faire*) envolvidos na inculcação massiva da ideologia da classe dominante, que são em grande parte reproduzidas as relações de produção de uma formação social capitalista, isto é, as relações de explorados com exploradores e de exploradores com explorados. Os mecanismos que reproduzem este resultado vital para o regime capitalista são naturalmente envolvidos e dissimulados por uma ideologia da Escola universalmente reinante, visto que é uma das formas essenciais da ideologia burguesa dominante: uma ideologia que representa a Escola como um meio neutro (ALTHUSSER, 1970, p. 66-67)

Na visão do francês, a escola qualifica, porém é, predominantemente, serva dos interesses burgueses, como instrumento de dominação, não de forma repressiva, utilizando da violência, mas, por meio da ação pedagógica consegue imprimir a ideologia da classe dominante.

Na perspectiva de Althusser em relação a escola, consideramos uma visão pessimista. Para ele, nenhum outro aparelho ideológico do Estado dispõe

Desde a pré-primária, a Escola toma a seu cargo todas as crianças de todas as classes sociais, e a partir da Pré-Primária, inculca-lhes durante anos, os anos em que a criança está mais 'vulnerável', entalada entre o aparelho de Estado familiar e o aparelho de Estado Escola, 'saberes práticos' (des 'savoirs - faire) envolvidos na ideologia dominante (o francês, o cálculo, a história, as ciências, a literatura), ou simplesmente, a ideologia dominante no estado puro (moral, instrução cívica, filosofia). Algures, por volta dos dezesseis anos, uma enorme massa de crianças cai 'na produção': são os operários ou os pequenos camponeses. A outra parte da juventude escolarizável continua: e seja como for faz um troço do caminho para cair sem chegar ao fim e preencher os postos dos quadros médios e pequenos, empregados, pequenos e médios funcionários, pequeno-burgueses de toda a espécie. Uma última parte consegue acender aos cumes, quer para cair no semi-desemprego intelectual, quer para fornecer, além dos 'intelectuais do trabalhador coletivo', os agentes da exploração, (capitalistas, managers), os agentes da repressão (militares, polícias, políticos, administradores) e os profissionais da ideologia (padres de toda a espécie, a maioria dos quais são 'laicos' convencidos) (ALTHUSSER, 1970, p. 65).

Então, pelo exposto, no pensamento de Althusser na escola, prevalece, especialmente, a reprodução da ideologia da classe burguesa, que tem o domínio do Estado. A escola serve, sobretudo, como aparelho ideológico do Estado, fazendo a classe subalterna ter consciência de sua submissão, pois na visão do marxista francês, apenas uma pequena parcela de indivíduos formados na escola, conseguem se projetar para altos postos, mas esses, são formados para dar continuidade a repressão.

Gramsci segue um entendimento um pouco diferente do pensador francês. Visualiza a escola com um dos espaços privilegiados para se travar uma luta ideológica, pois é um espaço de contradições.

Compreendemos a educação, em Gramsci, como práxis, pois é movimento que parte do conjunto de contradições que se manifesta nas relações sociais de produção, desvela os processos de dominação como peculiares do mundo dos homens, nega o fatalismo e fatores que ocasionam a subalternidade, problematiza o senso comum e instiga a classe trabalhadora a lutar para transformar o mundo. (SANTOS, 2017, p.77)

Em Gramsci é possível perceber que a escola também pode ser uma reprodutora da dominação, fazendo a perpetuação da divisão de classe, ao difundir a concepção da burguesia, a classe hegemônica, mas também compreende que a escola, pode sim ser um instrumento fundamental na superação dessa dominação, favorecendo o processo contra hegemônico, se transformando num espaço de construção da consciência de classe. Como demonstrou Manacorda (2013), mesmo ele sabendo que a escola, em grande medida, é determinada pela estrutura social, ela é direcionada a reproduzir a sociedade que a engendra. Tanto que ele combateu o caráter classista e oligárquico da escola, desde seus textos de juventude, onde esse espaço privilegiado não pode ser negligenciado pelos intelectuais, os professores. Para Gramsci (2001), a escola deve ser um espaço de contradições, de batalha pela hegemonia, terreno de luta cultural para transformar a mentalidade da classe trabalhadora.

Para o marxista italiano, a escola tem papel fundamental na formação do ser humano, pois ela pode desempenhar a tarefa de elevar cultural e intelectualmente as massas

A escola unitária ou de formação humanista (entendido este termo, "humanismo", em sentido amplo e não apenas em sentido tradicional) ou de cultura geral deveria se propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa. (GRAMSCI, 2001, p. 36)

Podemos perceber que, há um entendimento de que a escola deve desempenhar esse papel. Entendimento esse que é ratificado na legislação brasileira sobre a educação, onde a LDB 9.394/96, quando apresenta no seu Artigo 35 que o Ensino Médio tem como objetivo a preparação básica para exercício da

cidadania do educando, a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e o do pensamento crítico. Nesse sentido, seguindo a visão popular e a legislação, é possível perceber que a escola, pode oferecer aos jovens um certo grau de maturidade e capacidade, dando a ele, a possibilidade de uma autonomia intelectual, sendo possível viver em sociedade como cidadão crítico e consciente de seu papel. Um dos questionamentos que se torna inevitável para os professores que atuam com disciplina de filosofia é o seguinte: de que forma é possível a disciplina de filosofia contribuir para alcançar esses objetivos? Que cidadania é essa que a legislação brasileira propõe para ser exercida?

A visão de cidadania proposta principalmente no Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, está relacionada com a inclusão do jovem no mercado de trabalho. Nos PCN (1999 p.13) “a perspectiva é de uma aprendizagem permanente, de uma formação continuada, considerando como elemento central dessa formação a construção da cidadania em função dos processos sociais que se modificam”. Nesse sentido, nos faz concluir que, ela supõe a capacidade de continuar aprendendo para cumprir as exigências do mercado, vinculada a qualificação para o trabalho. Mais adiante, no mesmo documento, também é apresentado, que ela “implica o conhecimento, o uso e a produção histórica dos direitos e deveres do cidadão e o desenvolvimento da consciência cívica e social” (PCN, 1999, p.22). Nessa perspectiva, podemos nos questionar: O ensino de Filosofia pode contribuir para esse tipo de cidadania, que é liberal, limitada a direitos e deveres?

Ao que parece, o ensino de Filosofia na visão de Gramsci não deve contribuir na forma apresentada pela legislação brasileira. A inserção no mercado de trabalho tem seu valor, e que não se pode descartar, pois pode oferecer uma melhora na qualidade de vida da classe subalterna, mas o que se coloca em questão é que essa tal cidadania liberal pode ser exercida sem o questionamento da atual ordem. A divisão de classe continuará existindo. É uma cidadania comprometida com a manutenção da ordem. Mesmo não encontrando explicitamente a relação entre educação e cidadania explicitamente nas obras de Gramsci, ele aponta para a superação da sociedade de classes, onde os subalternos estejam preparados para assumir a posição de governantes, efetivamente abolindo o modo de produção capitalista. Para ele, a escola pode e deve cumprir esse papel na formação dos jovens das camadas subalternas. Sendo assim, podemos então nos questionar a respeito do ensino de Filosofia nas escolas, em especial, nas escolas públicas

brasileiras. Sendo a escola pública, planejada para suprir as necessidades do capitalismo, como a educação poderia contribuir para formação do ser humano nos moldes de Gramsci? E, especificamente a Filosofia, o que ela poderia oferecer nesse sentido?

Como foi apresentado acima, o filósofo italiano combateu o lado classista e elitista da escola. Os professores, intelectuais orgânicos, devem aproveitar esse terreno para travar uma luta na superação dos obstáculos que impedem a elevação cultural e social das classes subalternas. E a Filosofia também deve oferecer meios para contribuir nessa luta de classes, pois nessa relação do indivíduo com o meio, ele questiona, encara desafios e problemas, sempre tentando superar, como bem demonstrou Oliveira (2006) o filosofar pressupõe a consciência de que estamos enraizados em problemas que a condição humana apresenta. Então, o ensino de filosofia pode sim ser uma “ferramenta” para se construir um projeto emancipador dos dominados, buscando a formação do sujeito histórico no perfil gramsciano.

O questionamento também que se faz é sobre a possibilidade de ensinar filosofia para não-filósofos. A dúvida tem levado muitos especialistas, ligados a uma filosofia tradicional, a não acreditar nessa possibilidade, visto que a filosofia é um saber erudito, reservado a um número restrito de pessoas, os especialistas, com requisitos necessários para compreendê-la e exercitá-la (RODRIGO, 2009). Portanto, a difusão desse saber especializado para as massas, para o homem comum, é uma tarefa difícil de ser executada, mas se deve adiantar que não é impossível. Para Freire (1989), é necessário criar uma nova escola, que supere esse modelo de educação conteudista que, segundo ele, silencia a voz do excluído. No entanto, a escola pública não pode negligenciar o ensino, tendo como “pano de fundo” a ideia preconceituosa de que isso é para os simples, pessoas do povo, da classe subalterna, pois a escola pública continua sendo um único meio de acesso desse grupo ao conhecimento científico, filosófico e artístico.

Nesse sentido, é importante se recuperar essa característica da escola tradicional, que prepara os “futuros dirigentes”, ou forma os “homens superiores”. Minimizar a socialização desses conhecimentos aos alunos da escola pública é manter a ordem vigente, é impedir que esse grupo de alunos alcancem a sua emancipação social. É possível transmitir conteúdos, conhecimentos elaborados, científicos, sem o uso da pedagogia autoritária, sem adotar o método silenciador,

que inibe, castra (FREIRE, 1981). No Caderno 11, o filósofo sardo explicita a respeito da difusão do saber:

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer, e, portanto, transformá-las em bases de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta, por parte de um “gênio” filosófico, de uma verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais. (GRAMSCI, 2011, p.95)

Vale lembrar que as escolas particulares do Brasil, principalmente as melhores, adotam esse aspecto da escola tradicional, não abdicam de maneira nenhuma a transmissão/socialização dos conhecimentos. Se as tais escolas valorizam esse método, e elas tem a função de formar esses tais “homens superiores”, a escola pública deve também considerar que esse aspecto deve estar presente na prática educativa, a transmissão desses saberes não pode ser negado, simplesmente por existirem outros aspectos negativos da escola tradicional. Além disso, Gramsci aponta que a escola pública não deve simplificar, ou descuidar da disciplina, facilitando o ensino, mas desde o início demonstrar que o estudo também é um trabalho cansativo e sofrido, e no “liceu que deve começar o estudo do método científico, estudo criativo e não somente receptivo”. (MANACORDA 2013 p.182)

Deve-se convencer muita gente de que o estudo é também um trabalho, e muito cansativo, com um tirocínio particular próprio, não só intelectual, mas também muscular-nervoso: é um processo de adaptação, é um hábito adquirido com esforço, aborrecimento e até mesmo sofrimento. (GRAMSCI, 2001, p. 51)

No entanto, acompanhando Nosella

Pode-se dizer, portanto, que a ideia de educar a partir da realidade viva do trabalhador e não de doutrinas frias e enciclopédicas; a ideia de educar para a liberdade concreta, historicamente determinada, universal e não para o autoritarismo exterior que emana da defesa de uma liberdade individualista e parcial, constitui a alma da concepção educativa de Gramsci. (1992, p.36)

Essa valorização a transmissão de saberes, não deve tornar a escola num espaço, puro e simplesmente, de imposição de conteúdos de livros ou enciclopédias, sendo essencialmente conteudista, mas deve buscar desenvolver o pensamento crítico dos seus alunos, a partir de problemas do seu cotidiano, da realidade

vivenciado por seus alunos, para fazer com que os conteúdos elaborados na história, possam fazer sentido aquele grupo.

É importante retomar outro aspecto positivo da escola tradicional. Esse modelo de escola era desinteressado, ela não visava uma finalidade prática e imediata, mas sim a formação e desenvolvimento da personalidade. Nessa perspectiva, é preocupante a situação das escolas públicas no atual momento. Novamente, o objetivo principal é a inclusão do jovem no mercado de trabalho, fato constatado na disseminação de escolas profissionalizantes em todo o País, no entanto, Gramsci “não tinha muita pressa em formar profissionalmente meninos e meninas, mas preferia que isso fosse feito quando a personalidade do jovem já se encontrasse desenvolvida” (JESUS, 2005, p.72), contudo, nesse formato de escola técnica que tem crescido no Brasil, infelizmente, se reduz consideravelmente a formação humanística, pautando o ensino principalmente por princípios utilitários e imediatos. “A escola profissional existente dá a falsa impressão de ser democrática, porque, tendendo a criar novas estratificações sociais, ou seja, permitindo que o operário passe de não qualificado a qualificado, por exemplo, cria aquilo que poderíamos chamar de uma certa mobilidade social” (MANACORDA, 2013, p.200), mas o filósofo marxista afirma que para se definir como democrática, ela deve “fazer coincidir governantes e governados”. Sobre o papel que a escola pode desempenhar na vida do jovem, ele apresenta um modelo de escola, que possibilite a autonomia do jovem e que não eternize as desigualdades. Nesse sentido, o marxista sardo apresenta um tipo ideal de escola para classe subalterna

[...] cada grupo social tem um tipo de escola próprio, destinado a perpetuar nestes grupos uma determinada função tradicional, diretiva ou instrumental. Se se quer destruir esta trama, portanto, deve-se evitar a multiplicação e graduação dos tipos de escola profissional, criando-se, ao contrário, um tipo único de escola preparatória (elementar-média) que conduza o jovem até os umbrais da escolha profissional, formando-o entretanto como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige. (GRAMSCI, 2001, p. 49).

É nesse sentido que o marxista sardo destaca a necessidade de uma escola capaz de formar todos os jovens, tanto para o mercado de trabalho, como para toda as outras dimensões da vida, ou seja, uma formação capaz de desenvolver todas as potencialidades do jovem. A escola concebida como única, é a que consegue unir a formação profissional e técnica com a humanística, na perspectiva de banir a escola

de classe, destinada a determinada camada social, que podemos caracterizar como classista e interesseira.

Segundo Jimenez (2001, p. 75) “as classes dominantes, através da história, tem lançado mão dos maiores malabarismos para tentar instruir os trabalhadores sem educá-los para governar”. A escola gramsciana é inclusiva, pois deve ser direcionada para todos, não importando as diferenças sociais, mas vale destacar, esse “todos” não deve ser entendido como um rebaixamento na qualidade do ensino, nivelado por baixo para alcançar todas as camadas da sociedade, especialmente as classes mais baixas.

Ela é perspectivada como um ambiente de trabalho intelectual e manual, centrada na formação dos valores fundamentais do humanismo, desenvolvendo a autodisciplina intelectual e a autonomia moral, aspectos necessários para os estudos posteriores e a profissão. Pensa a escola numa “relação cultura-profissão”.

Nessa mesma direção, Manacorda afirma que:

[...] uma escola elementar e média unitária, que eduque tanto para as atividades intelectuais quanto para as manuais, entendidas no sentido moderno do trabalho industrial, e que propicie uma orientação múltipla em relação “as futuras atividades profissionais, sem, portanto, predeterminar as escolhas” (2013, p.185)

No pensamento de Gramsci a relação entre senso comum e filosofia é central. Ele compreende que, nessa relação existem dois momentos, um negativo e outro positivo. O negativo é a crítica a concepção de mundo da classe dominante, que é uma desarticulação dos interesses burgueses, e o positivo é a rearticulação dos interesses da classe subalterna. Portanto, é possível perceber, que para o filósofo italiano, o homem comum, da classe subalterna, pode se elevar culturalmente, e torna-se necessário adiantar que ele percebe que a educação pode ajudar a classe trabalhadora nessa elevação. E o trabalho do filósofo-professor, intelectual orgânico da classe subalterna, deve ser compreendido como:

[...] não mais apenas como elaboração individual de conceitos sistematicamente coerentes, mas além disso, e sobretudo, como luta cultural para transformar a mentalidade popular e difundir as inovações filosóficas que se revelem historicamente verdadeiras na medida em que se tornem concretamente, isto é, histórica e socialmente universais. (GRAMSCI, 2011, p.398)

O trabalho do professor deve ser concebido (GRAMSCI, 2001) como transformador da mentalidade popular, e como consequência, transformar o

ambiente em que está inserido. E nessa relação, o ambiente cultural também transforma o professor, numa relação dialética, é recíproco, semelhante a aluno-professor.

O sujeito histórico não nasce pronto, mas que se constitui como tal na relação com os outros e com o mundo em que vive. É pelo contato com o outro e com as contradições peculiares de sua situação histórica que o humano transforma o mundo e se modifica de forma dialética (SANTOS, 2017, p.54)

Por isso, é importante a necessidade dos trabalhadores, nesse caso específico, os estudantes, educarem seu educador. Parece estranha essa afirmação, mas o professor, intelectual orgânico inserido no ambiente escolar e comprometido com a classe subalterna, deve conhecer a realidade de seus alunos, os seus saberes, opiniões sobre os diversos problemas da atualidade e visões de mundo. Todo o seu trabalho educativo deve ser elaborado a partir da realidade vivenciada por essa classe, ou seja, a ação do professor deve ter como base as experiências vividas, as dificuldades e anseios, tudo isso deve nortear a sua atividade. Nesse sentido, o professor assume a posição de aprendiz, e o aluno é professor, pois ensina seus conhecimentos adquiridos na própria realidade. Como forma de ampliar a compreensão sobre essa relação apresentada por Gramsci, vale ressaltar

A escola que Gramsci tem em mente – cujo princípio moderno é o de que “todo professor é sempre aluno e todo aluno, professor” – realiza in vitro o modelo de uma sociedade capaz de promover um processo de superação da oposição “entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos”. (BARATTA, 2010, p. 37-38)

Retornando ao questionamento sobre o ensino de Filosofia para não-filósofos, o Filósofo Comunista afirma que a filosofia tradicional difundiu a ideia de que o homem comum é incapaz de elaborar suas concepções de mundo. Mas ele acredita que é necessário destruir o preconceito de que a filosofia é uma atividade de uma classe privilegiada. É nesse sentido que ele afirma:

[...] que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a mesma função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates). (GRAMSCI, 2001 p.18).

Essa refutação da atividade filosófica reduzida a classe privilegiada dos especialistas, não significa negar uma filosofia culta, erudita, mas apresentar que o homem comum também tem concepção de mundo, ele tem uma filosofia espontânea, na qual o professor deve partir, mas na perspectiva que essa deve ser superada, que precisa ser elevada, pois a filosofia espontânea, que é irrefletida, é construída com preconceitos (BARATTA 2010). Nicolas Go em seu artigo “*Filosofia: uma educação*”, indica:

Existe, segundo o autor dos *Cadernos do cárcere*, uma filosofia de “todo mundo”, contida dentro (1) da linguagem (que veicula representações e sistemas de ideias); (2) do senso comum e do bom senso; (3) do sistema de crenças, das opiniões, de maneiras de ver e de agir que constituem o “folclore” e a religião popular”. (GO,2004 p.194).

O desafio é justamente, por meio de recursos didáticos, que o professor possa utilizar para fazer o aluno partir dessa filosofia espontânea, para dar um salto qualitativo, que é o pensamento rigoroso, coerente, típico dos filósofos especialistas. E para isso, retomando o aspecto positivo da escola tradicional, é necessário conhecer a filosofia tradicional produzida na história, que está nos livros, o contato direto com as obras dos grandes filósofos.

Na conjuntura posta pelo atual ensino médio, cabe ao professor ser o mediador entre a filosofia e os alunos iniciantes, que não possuem ainda as qualificações requeridas para ter acesso a esse saber por conta própria, o que supõe que ele seja capaz de traduzir em termos simples um saber especializado. Para dar conta dessa tarefa, muitos desafios precisam ser superados, desde as deficiências de sua própria formação e as carências de seus alunos, até condições institucionais adversas ao ensino da disciplina, como, por exemplo, o tempo exíguo que lhe é destinado na grade curricular. (RODRIGO, 2009, p.71).

Os professores devem utilizar desse espaço para formação dos novos intelectuais oriundos das classes subalternas, os novos intelectuais orgânicos. O professor deverá estar consciente de sua função como formador de novos intelectuais das massas, que busca construir o consenso do seu grupo, como também a unidade de força para combater a hegemonia da classe dominante. Isso poderá modificar sua postura em sala de aula, deverá compreender que ele é o mediador entre o homem comum, que tem sua concepção de mundo, e o conhecimento sistemático e coerente, nesse caso a filosofia, deve oferecer meios de superação, conscientizando o aluno do seu papel na história.

O professor deve assumir a função de transformador social, encarar criticamente os obstáculos presentes no ambiente escolar, principalmente aqueles que impedem a mudança social de seus alunos, pois a escola também é um espaço de disseminação das ideologias da burguesia. Para isso, o educador precisa ter consciência de função social, estando em permanente qualificação e reflexão sobre o seu trabalho pedagógico.

Nessa perspectiva, é importante, nesse trabalho pedagógico, o professor assumir a sua função como filósofo, sentir-se incomodado, saindo da sua zona de conforto, e encarar criticamente a realidade de seu ambiente, “um professor medíocre pode conseguir que os alunos se tornem instruídos, mas não conseguirá que sejam mais cultos; ele desenvolverá, com escrúpulo e consciência burocrática, a parte mecânica da escola” (Gramsci, 2001, p. 45). Portanto, deixar de ser indiferente aos problemas de seu grupo social, sendo apenas um transmissor de teorias livrescas e, ao final do ano, apresentar números como forma de avaliar o seu trabalho e o rendimento de seus alunos.

Conforme Lucio-Villegas,

[...] só procura retirar à educação o seu poder de transformação da realidade e de permitir o crescimento das pessoas, substituindo-os pelas noções de competitividade, produtividade e por modelos de aprendizagem que procuram o isolamento e não a interação social que permite o nosso crescimento. (2007,p.36)

A escola, especialmente a pública, deve estar a serviço da construção do homem novo, através de uma reforma intelectual, ativo na construção de uma nova sociedade, e também, da reforma econômica, que tem como inspiração a luta revolucionária proletária. Portanto, o professor de filosofia, utilizando do ambiente escolar, deve desenvolver uma filosofia entre seus alunos, que os leve a uma problematização do cotidiano, seguindo Gramsci, uma filosofia da práxis, que tem como papel fundamental, desenvolver uma consciência ética e política no homem, capaz de elaborar a sua própria concepção do real, tendo sempre uma ação no mundo orientada pela teoria, numa relação necessária entre teoria e prática.

A função desses intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, inseridos na escola, não pode ficar na retórica, mas deve encontrar a coerência necessária para resolução das dificuldades do grupo social a que pertence, e assim, unindo teoria e

prática, poder alcançar a elevação intelectual e moral, aliada a transformação radical da base econômica.

Vale destacar que o exemplo da Igreja Católica apresentado anteriormente, não é exatamente seguido por Gramsci, ele aponta como importante essa aproximação entre os intelectuais da Igreja Católica e sua massa religiosa, mas destaca que na filosofia da práxis esses intelectuais orgânicos da classe subalterna não tem o objetivo de manter a dominação, ou manutenção da situação de subalternos. Esses filósofos da práxis buscam a elevação da classe trabalhadora.

A posição da filosofia da práxis é antitética a esta posição católica: a filosofia da práxis não busca manter os "simplórios" na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simplórios não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral, que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais. (GRAMSCI 1995 p.20)

Portanto, o intelectual deve buscar conhecer como funciona a sociedade que participa, busca desvelar os mecanismos que são utilizados para a dominação do seu grupo social, para a partir daí, encontrar coletivamente, o caminho que possa romper com exploração e, por fim, alcançar a elevação intelectual e moral, tendo a clara consciência, conforme Jesus (2005), de que todos devem participar dos saberes produzidos pela humanidade, sem distinção de classe, que todos sejam cientistas, que todos sejam intelectuais.

3 METODOLOGIA

3.1 Pesquisa-ação no campo educacional

Antes de discutir sobre a pesquisa-ação como método a ser aplicado nesse estudo, é necessário apresentar o que se pensa sobre o programa de mestrado profissional no Brasil e qual o resultado deve ser alcançado.

Se sabe que os mestrados acadêmicos tem o objetivo, a partir da pesquisa, formar pesquisadores, ou podemos afirmar, os futuros cientistas. Ao que parece, a partir de uma visão superficial, e por muitas vezes preconceituosa, os mestrados profissionais são tidos como cursos “inferiores”, pois o objetivo não é, aparentemente, o mesmo dos acadêmicos. No entanto, é evidente que a pesquisa também é necessária na pós graduação profissional, mas o que se almeja é a formação do mestrando no seu campo de atuação profissional, fora da academia, que o mesmo seja capaz de identificar, investigar problemas, e a partir da sua pesquisa, ele possa encontrar soluções para as situações-problemas que ele está inserido, agregando valor ao seu trabalho, considerando o interesse pessoal e coletivo (RIBEIRO, 2005).

É a capacitação para a prática profissional transformadora por meio da incorporação do método científico. Volta-se para um público preferencialmente oriundo de fora da academia e destina-se à gestão, produção e aplicação do conhecimento orientado para a pesquisa aplicada, a solução de problemas, a proposição de novas tecnologias e aperfeiçoamentos tecnológicos. (BARROS; VALENTIM; MELO, 2005, p.131)

Nesse contexto, conforme o exposto acima, é necessário reafirmar a importância dos mestrados profissionais, para a formação de profissionais engajados na investigação e na solução de problemas, a partir dos conhecimentos adquiridos na academia, utilizando o método científico, e, em especial atenção, como nesse caso, é um curso que forma pesquisadores-docentes, deve capacitar o professor para prática profissional e transformadora da realidade escolar.

A ligação com a realidade, como principal característica do mestrado profissional, faz com que ele assuma a responsabilidade de transformar a realidade, sendo importante destacar, que é um processo que se executa a partir da teoria. Mesmo sabendo que a filosofia ignorou o mundo da prática por muitos séculos,

considerando uma atividade inferior, a partir da filosofia de Karl Marx, essa dicotomia foi superada, pois como Vázquez apresenta a práxis “[...] é para Marx teórica e prática; prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, molda a atividade do homem, particularmente a atividade revolucionária; teórica, na medida em que essa relação é consciente” (1968, p. 117).

No contexto escolar, a prática deve estar fundamentada na teoria revolucionária, numa relação necessária, “a prática é, ao mesmo tempo, fundamento, critério de verdade e finalidade da teoria” (SAVIANI, 2008, p. 142). A teoria, por sua vez, fundamento da prática, mas é também é modificada por ela. Nesse sentido, a prática do professor é orientada pela teoria, mas esta, se modifica por aquela.

A pesquisa é um procedimento que tem como objetivo construir novos conhecimentos, um processo de aprendizagem tanto do pesquisador, quanto da grupo pesquisado. Ela é,

[...] toda atividade voltada para a solução de problemas; como atividade de busca, indagação, investigação, inquirição da realidade, é a atividade que vai nos permitir, no âmbito da ciência, elaborar um conhecimento, ou um conjunto de conhecimentos, que nos auxilie na compreensão desta realidade e nos oriente em nossas ações (PADUA, 1996, p. 29)

Portanto, é através dos conhecimentos construídos historicamente pelas pesquisas realizadas, que o homem pode compreender os problemas enfrentados e fazer as transformações na realidade que ele está inserido, ou seja, as ações organizadas e realizadas a partir da teoria.

Nessa perspectiva, como é uma pesquisa na qual o pesquisador está inserido no problema a ser investigado, ele não se reduz como mero espectador. É um pesquisador-docente, que participa como sujeito também da pesquisa, e que almeja transformar aquela realidade, de forma coletiva, por isso, o método de investigação escolhido foi a pesquisa-ação.

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo. (THIOLLENT, 2011, p.14)

A pesquisa-ação é um método que necessita da participação dos sujeitos envolvidos no problema investigado, uma interação entre o pesquisador e as

peças envolvidas na investigação, justamente, a partir dessa interação, possa ser apresentados os problemas e encontrados caminhos para solucionar tais situações, de forma coletiva. O objetivo é esclarecer e resolver as dificuldades observadas, mas vale ressaltar, que não se pode limitar a ação, também produz conhecimento e tomada de consciência das pessoas envolvidas, incluindo o próprio pesquisador.

A pesquisa-ação é uma pesquisa participativa. Seguindo novamente Thiollent (2011), ela é um tipo participativo, pois as pessoas envolvidas no problema investigado necessariamente devem participar da pesquisa. No entanto, para ser caracterizada como pesquisa-ação, é necessário que o grupo envolvido busque realizar um ação diante do problema observado. Uma atividade que requer planejamento e avaliação das ações realizadas, e cabe ao pesquisador, organizar toda atividade de investigação e ação.

Ainda defendendo o método adotado nesse estudo, Thiollent (2011) afirma que na pesquisa-ação, o pesquisador está comprometido com as causas populares, tenta esclarecer e encontrar soluções para os problemas daquele grupo que ele faz parte. Ele ajuda a coletividade, a tomar consciência do problema, para juntos encontrarem encaminhamentos e soluções. Portanto, não se trata apenas de levantamento de dados, é necessário nesse processo a reciprocidade entre os pesquisadores e participantes, na busca dos objetivos propostos na pesquisa, que deve ser aumentar e produzir conhecimento e a conscientização dos envolvidos na investigação, além de contribuir para o avanço do debate sobre os problemas identificados. Nesse sentido, podemos concluir que esse tipo, não trata os participantes, destinatários do projeto, como objetos de pesquisa, pois esses são sujeitos ativo no processo, produzindo conhecimento e transformando a realidade.

A perspectiva da pesquisa-ação é a mudança de atitudes, de práticas, sempre visando um objetivo. “Trata-se de encontrar, na população submetida à investigação, as pessoas mobilizadas, os líderes de opinião, suficientemente interessados em uma ação ligada à reflexão” (BARBIER, 2002, p.104). Por exigir a participação de todos os envolvidos no problema, ela tem o seu aspecto político, pois inclui o social, os questionamentos estão ligados ao coletivo, e muitas vezes pode incomodar a ordem que vigora. Sendo assim, o objetivo sempre será a transformação, e nesse caso, a mudança de atitude da prática docente em sala de aula, numa perspectiva emancipatória.

Segundo Barbier (2002),

a pesquisa-ação reconhece que o problema nasce, num contexto preciso, de um grupo em crise. O pesquisador não o provoca, mas constata-o, e seu papel consiste em ajudar a coletividade a determinar todos os detalhes mais cruciais ligados ao problema, por uma tomada de consciência dos atores do problema numa ação coletiva. (p.54).

Como não é somente ação e participação, mas também produz conhecimento, adquire experiências, a pesquisa-ação está ligada a práxis educativa, seguindo o entendimento gramsciano de práxis. Vale ressaltar que os participantes devem adquirir uma prática reflexiva, para dessa forma planejar uma intervenção, para produzir mudanças no meio em que ele está inserido, e nesse ponto, a pesquisa-ação toma a dimensão filosófica.

[...] quando se vai aplicar um projeto de intervenção, é fundamental estar convicto da necessidade de mudança, motivado pela relevância do tema, entusiasmado pelas ações propostas e cheio de paixão pelo desafio de levar a termo o projeto de intervenção que se pretende empreender (DESLANDES; FIALHO 2010, p.25).

Para João Bosco Pinto (1989), a metodologia da pesquisa-ação se divide em três momentos, que são: o momento da investigação, da tematização e programação/ação.

No momento investigativo, é a seleção do campo de trabalho com observação e levantamento de dados que possam identificar os sujeitos da pesquisa, seleção do grupo, a pesquisa propriamente dita e, por fim, a apresentação dos resultados obtidos.

Na tematização, é o momento do pesquisador levantar reflexões sobre o que está sendo identificado como problema, é a construção teórica que, posteriormente, será devolvida a população participante do projeto, sendo que se tornará o programa de ação.

Por fim, na programação/ação, temos o momento de realização concreta do projeto, que será a ação organizada, sempre refletida criticamente pelo pesquisador e os demais participantes da pesquisa, buscando sempre a transformação social que foi proposta. Um momento constituído por execução e avaliação coletiva.

Destarte, como se trata de uma pesquisa que visa uma mudança de atitude, uma transformação na prática do professor de filosofia em sala de aula, foi importante observar o problema da legitimação do ensino de filosofia no Ensino Médio, e poder levantar questionamentos à respeito da necessidade de uma filosofia

que possa está intimamente ligada a vida cotidiana. Diante disso, os professores sentiram grande interesse em esclarecer o problema, e de forma conjunta, poder encontrar caminhos para a solução, convictos e entusiasmados em implementar uma intervenção, pois até então, esses mesmo docentes, encontravam facilmente razões que legitimavam a manutenção das demais disciplinas e não da filosofia.

Essa não compreensão da necessidade do ensino de filosofia, desestimulava a prática em sala de aula, tornava-se apenas uma obrigação da carga horária semanal. Não encontravam um vínculo da filosofia com o cotidiano, com a realidade, percebiam a disciplina tendo um caráter puramente teórico. Foi possível constatar esse problema, ao ouvir perguntas do tipo: *para que filosofia? ou qual a utilidade da filosofia?* Essa dificuldade constatada no grupo passou a ser investigada a luz da filosofia da práxis de Antonio Gramsci.

Dessa maneira, a perspectiva é construir um consenso em relação ao fazer do professor, mudando a sua atuação em sala de aula. Nesse ponto, encontramos em Gramsci, a afirmação de que as ações devem ser sempre guiadas pela teoria. Compreender que a filosofia não é algo distante, privilégio de uma classe, mas que ela pode estar ligada ao cotidiano, buscando esclarecer e solucionar os problemas individuais e coletivos. O trabalho também requer a sensibilização dos participantes, mostrando a importância da sua atuação no cotidiano escolar, onde os mesmos possam se reconhecer como intelectuais orgânicos, que buscam a elevação cultural e intelectual do grupo que eles participam, e sempre na perspectiva de formar os novos intelectuais.

3.2 O universo da pesquisa e os sujeitos

A pesquisa tem como participantes, os professores da disciplina de filosofia do Ensino Médio do Centro de Ensino Oscar Galvão. A escola pertence à rede pública do Estado do Maranhão, estando localizada na Av. Edilson Carvalho Branco, S/N, no bairro Goiabal, na cidade de Pedreiras, Estado do Maranhão, recebendo esse nome em homenagem ao primeiro médico, jornalista e também poeta pedreirense, Oscar Leal Lamagniere Galvão, que nasceu na antiga Fazenda Trindade, em 24 de abril de 1852.⁶

⁶ Fontes históricas obtidas no Projeto Político Pedagógico da escola.

A escola foi criada pelo Decreto nº 270, de 26 de abril de 1932 do interventor estadual Lourival Serroa Mota e construída pelo prefeito Euclides Maranhão. Funcionava nessa época em outro prédio, onde hoje funciona uma outra escola, a Unidade de Ensino Zeca Branco. Um episódio marcou a história dessa escola e a vida de um dos maiores cantores e compositores da Música Popular Brasileira, o famoso compositor da música Carcará. Conforme foi relatado por um escritor pedreirense, Darlan Pereira Fernandes,

Quando João do Vale estudava a 3ª série do primário, um fato marcou para sempre sua vida. Na época chegou a Pedreiras um novo coletor que levou um filho seu, de idade igual a de João, para se matricular no Colégio Oscar Galvão. Entre quase trezentos alunos, João do Vale foi o escolhido para dar lugar ao filho do coletor. O fato revoltou profundamente o garoto João do Vale que decidiu não mais estudar. (2012, p.273)

Ao longo da história, a escola recebeu vários nomes: Grupo Escolar Oscar Galvão, em seguida, Ginásio Martin Luther King, posteriormente passou a ser chamado de Complexo Escolar Bandeirante, Unidade Integrada Oscar Galvão, em 2002 recebeu o nome de Complexo Educacional de Ensino Fundamental e Médio Oscar Galvão, e por fim, em 2007 recebe o nome de Centro de Ensino Oscar Galvão.

A escola dispõe de uma boa estrutura física. Conta com: 01 Diretoria; 01 Secretaria; 01 Sala de Professores; 01 Biblioteca; 01 Sala de Vídeo; 01 Laboratório de Informática; 01 Auditório; 12 Salas de aula; 01 Despensa; 01 Cantina; 01 Refeitório; 01 Cozinha; 01 Pátio coberto; 02 Sanitários dos funcionários; 13 Sanitários dos alunos; 02 Sanitários para portadores de necessidades especiais.

Segundo o PPP (2017) da escola, a missão

[...] é oferecer à comunidade de que é parte integrante, um ensino de qualidade, fundamentado na igualdade e no respeito à sua clientela e na sua preparação para o pleno exercício da cidadania, buscando com determinação as formas de inclusão necessária para a solução dos problemas sociais. (p. 17)

Ainda no mesmo documento, a escola pretende levar o educando a autonomia, que o mesmo seja capaz de discernir, desenvolva o senso crítico e a curiosidade intelectual.

A escola é considerada uma das maiores da cidade, funcionando as 3 séries do Ensino Médio, nos turnos matutino, vespertino e EJA no noturno. O total de alunos atendidos no ano de 2018 é de 970 (novecentos e setenta) divididos em 3

turnos. Para atender esse número de alunos, a escola conta com 76 professores, sendo que desses, 6 professores atuam com a disciplina filosofia, no entanto, somente 2 tem licenciatura plena em filosofia, os demais, têm o curso de Pedagogia, mas todos com mais de 10 anos lecionando a disciplina.

Como a nossa pesquisa visa contribuir para superar as dificuldades do ensinar filosofia no ensino médio, propondo mudanças de atitudes, numa perspectiva da práxis gramsciana, um trabalho formativo e de conscientização da prática, sem a pretensão de esgotar ou encerrar com o problema a partir desse estudo, os participantes são esses 6 docentes que lecionam filosofia.

O principal critério para a escolha da instituição e do grupo de professores participantes da pesquisa, foi o fato de estar incluindo dentro desse universo e fazer parte desse grupo de docentes que atuam com a disciplina.

3.3 Método para construção e análise dos dados

O trabalho desenvolvido é caracterizado por uma pesquisa qualitativa de procedimento bibliográfico, documental e pesquisa de campo. Na primeira fase, um levantamento de informações relevantes que possam dar subsídios para compreender o problema observado e encontrar encaminhamentos para solucionar, assim como apresentado por Fonseca,

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (2002, p. 32)

Numa tentativa de encontrar uma aproximação da filosofia com a vida prática, escolhemos o pensamento de Antônio Gramsci, ao desenvolver a filosofia da práxis, focando principalmente nos seus escritos que tratam da questão pedagógica, da escola e do trabalho do professor, como intelectual orgânico de uma classe. Com o intuito de ampliar a compreensão da filosofia gramsciana, constatamos a necessidade de incluir no estudo bibliográfico, obras de comentadores dos escritos do filósofo marxista italiano, dentre eles, citamos: Manacorda (2013), Jesus (2005), Semeraro (2006), Baratta (2010), Portelli (1977), Coutinho, Saviani (2008), entre outros.

Na pesquisa documental, iremos buscar informações em revistas, jornais, documentos, textos e planos de aula e curso produzidos na escola, incluindo principalmente, o Projeto Político Pedagógico. Como será também uma construção de saberes durante o estudo, os textos e materiais produzidos pelos sujeitos da pesquisa serão importantes para a análise dos resultados.

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

A pesquisa de campo caracterizou-se pela investigação, para além da pesquisa bibliográfica, sendo realizada a coleta de dados entre os participantes, (FONSECA, 2002), por meio de entrevistas semiestruturadas. Os seminários e leituras de textos são importantes para a produção de conhecimentos e experiência, visto que se pretende, além da mudança de postura em sala de aula, produzir saberes.

Por meio da entrevista semiestruturada, foi possível compreender o que os sujeitos da pesquisa já conheciam sobre determinados assuntos, pois, os mesmo já possuem conhecimentos, não necessariamente adquiridos de forma crítica. Vale destacar, conforme Bell (2008), numa entrevista é importante utilizar uma linguagem clara ao formular as perguntas aos participantes, estabelecer uma melhor ordem de questões que serão levantadas ao informante, além de deixar claro ao participante, que seu anonimato será mantido, isso deverá facilitar a conquista da confiança e conseqüentemente o desenvolvimento da entrevista.

Antes de iniciarmos o trabalho de pesquisa, mesmo o pesquisador sendo um professor do quadro permanente da escola em questão, vimos a necessidade de solicitar à direção e à Secretaria de Estado de Educação do Maranhão (Seduc), a autorização para desenvolver esse estudo. A solicitação foi realizada por meio de ofício e, felizmente, a diretora geral permitiu a realização da pesquisa, pois percebeu a importância e os benefícios que poderiam oferecer à comunidade escolar⁷.

⁷ Os ofícios e os termos de autorização para a realização da pesquisa e intervenção encontram-se no apêndice.

Após a autorização, iniciamos o contato com os professores da disciplina de filosofia, pois esses seriam os sujeitos participantes da pesquisa. Tratamos de seguir todos os procedimentos que envolvem estudos com seres humanos. Após a abordagem inicial, apresentamos o objetivo principal do estudo, e qual instituição de ensino superior o trabalho seria desenvolvido. Os professores foram informados o porquê foram selecionados, e, o mais importante, deixamos claro que a sua participação não era obrigatória, e mesmo aceitando participar, ele poderia desistir a qualquer momento. Diante do que foi exposto, foi solicitado aos participantes a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento que descreve como se dará a pesquisa e a participação dos envolvidos, além de assegurar o sigilo aos dados individuais de cada sujeito, esse assinado também pelo pesquisador. Um Termo de Confidencialidade também foi assinado e entregue para arquivamento na secretaria da escola.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, ela se apresenta como um grande desafio, pois estamos inseridos numa realidade dialética, num movimento constante de mudanças e transformações. Nesse modelo é necessário levar em consideração vários fatores objetivos e subjetivos, portanto o modo como o pesquisador e entrevistador se comporta e interpreta as informações é muito importante.

A entrevista foi um dos principais métodos utilizados nesse estudo, por ser um instrumento flexível de coleta de dados, conforme sugere Bell (2008, p.136) “uma das principais vantagens da entrevista é a sua adaptabilidade”.

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de uma problema social. (MARCONI e LAKATOS, 1996, p.84)

Nesse tipo de entrevista, as perguntas se caracterizaram por questões abertas, previamente definidas, que estavam relacionadas com a pesquisa. A vantagem desses tipos de perguntas é que se pode coletar uma grande quantidade de informações, não são influenciadas por respostas predefinidas, e são perguntas fáceis de serem elaboradas. Para Triviños (1987), elas servem tanto para descrever aquele fenômeno, ora investigado, como pode ajudar na explicação e compreensão da totalidade. Foram aplicadas perguntas básicas⁸, do tipo: Qual o papel da

⁸ O roteiro das entrevistas encontram-se no apêndice.

educação na vida do jovem? A Educação pode contribuir para a elevação moral e cultural do aluno? O ensino de filosofia pode contribuir para elevar moral e culturalmente o jovem? Qual a sua principal dificuldade em sala de aula no ensino de filosofia? Para você, qual o papel do professor?

Na fase de pré-análise que tem como objetivo organizar e construir os *corpus* da pesquisa, que segundo Bardin “é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (2009, p.96). Após as perguntas iniciais para uma melhor compreensão da experiência escolar dos professores, podemos fazer um recorte para submetermos a análise dessas informações coletadas na entrevista.

Ainda, segundo a mesma autora, a análise de conteúdo é,

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2009, p. 44)

Em nosso estudo, as informações foram surgindo durante todo o processo em forma de mensagens produzidas pelos professores participantes, conforme Franco (2008, p.12), essas mensagens podem ser “verbal (ora ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada”. Portanto, tornou-se necessário um cuidado maior em perceber os detalhes que poderiam surgir durante os encontros presenciais, nos momentos das entrevistas individuais e coletivas e nas discussões que ocorreram nos seminários de formação, sempre tendo a preocupação de evitar as compreensões superficiais e espontâneas, assumindo sempre um olhar atento e crítico em relação as informações.

Ainda na fase de pré-análise, evitando as tais compreensões instantâneas, seguimos as regras estabelecidas por Bardin (2009), que são: regra da exaustividade, da representatividade, da homogeneidade e da pertinência.

Seguindo a regra da exaustividade, diante dos registros das informações orais e escritas coletadas entre os participantes, tivemos o cuidado de nos esforçarmos para analisar a sua relação com os objetivos da pesquisa, sendo necessário o retorno ao grupo com novos questionamentos com o intuito de tornar o *corpus* mais consistente, algo que não foi difícil de realizar, pois o pesquisador também faz parte do universo da pesquisa. Nesse sentido, buscou-se esgotar a totalidade da comunicação, pois exigiu que nenhum documento fique de fora.

Para a regra da representatividade, “a análise pode efetuar-se numa amostra desde que o material a isso se preste. A amostragem diz-se rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial” (BARDIN, 2009, p.97). Nesse sentido, mesmo tendo um número elevado de informações coletadas, o material selecionado para *corpus* deve ser significativo e, portanto, represente o universo inicial da pesquisa.

Na regra da homogeneidade, os dados selecionados devem apresentar relação com a pesquisa, sendo homogêneos, e no processo de seleção, deve-se obedecer critérios precisos, a fim de evitar excesso de singularidade (BARDIN, 2009), portanto, devem ser obtidos por técnicas iguais e colher entre indivíduos semelhantes, no caso específico, os sujeitos da pesquisa eram todos professores da disciplina de filosofia na mesma escola.

A quarta regra é a de pertinência, nela “os documentos selecionados devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo, a corresponderem ao objetivo que suscita a análise” (BARDIN, 2009, p.98), ou seja, se os dados estão relacionados ao que se propõem a pesquisa.

Após a primeira leitura das entrevistas, foi necessário codificar (agregar, categorizar, classificar, destacar) os trechos que foram transcritos na primeira entrevista, para nesse momento apresentar no formato de tabelas, lembrando que para manter o sigilo dos participantes, estes foram indicados com os código “P” (professor) e um número, exemplo P1 (professor 1).

Na tabela, iremos apresentar na primeira coluna, a indicação do sujeito participante, na segunda será a unidade de contexto, que serão apresentadas partes das respostas, que faz sentido por si só. Já na terceira coluna, vamos extrair do quadrante anterior a unidade de registro, do tipo semântica/temática, formando unidades de sentidos ou significados. Por fim, na última coluna iremos apresentar a categorização.

Foram perguntas básicas, direcionadas respeitosamente em todo o processo investigativo, promovendo a confiança mútua, algo que não foi difícil de se alcançar, visto que participamos do mesmo grupo e encontramos as mesmas dificuldades. Todo o trabalho de entrevista, foi sempre acompanhado de estímulo, no sentido de sensibilizar os participantes a expor suas ideias, para que juntos possamos, ao menos, esclarecer o problema, e propor uma transformação social.

Quadro 1 – Recortes da fala do Professor Participante

Questão: Qual o papel da educação na vida do jovem?			
SUJEITO	UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO	CATEGORIZAÇÃO/ CODIFICAÇÃO
P1	Que se tornem homens e mulheres de valor, conhecedores de seus direitos e deveres dentro da sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • Formar cidadão [..] ensinar valores 	<ul style="list-style-type: none"> • Prática educativa • Processo de moralização

FONTE: dados da pesquisa

Nessa tabela pode se perceber inicialmente que o professor 1 entende que a educação deve formar cidadãos, que sabe dos seus direitos e também é consciente de seus deveres. É uma compreensão baseada, principalmente na legislação brasileira que trata da educação, formar para a cidadania. Essa concepção era compartilhada pelos demais professores que lecionavam a disciplina filosofia no Ensino Médio no Centro de Ensino Oscar Galvão

No quadro 2, tentamos ampliar o entendimento sobre o papel da educação na vida do educando, selecionando recortes da fala de outro professor.

Quadro 2 – Recortes da fala do Professor Participante

Questão: A educação pode contribuir para a elevação moral e cultural do aluno?			
SUJEITO	UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO	CATEGORIZAÇÃO/ CODIFICAÇÃO
P2	Sim, pode e deve contribuir para elevação do jovem [...] Melhorar sua condição de vida. O jovem deve ser preparado para viver bem na sociedade, e a educação deve ensinar também valores [...] oferecer condições para crescer na vida.	<ul style="list-style-type: none"> • Ensinar valores • Elevação social 	<ul style="list-style-type: none"> • Prática educativa • Processo de moralização

FONTE: dados da pesquisa

Nesses recortes, surgiu a ideia de “melhoria de vida” ou “crescer na vida”, momento importante no diálogo com os professores, pois nesse ponto específico, o grupo percebe que a educação não deve só ensinar valores ou formar cidadãos que cumpridores de direitos e deveres, mas deve também oferecer condições para uma elevação social e econômica do jovem, ou seja, a reforma econômica deve ser também o foco da escola.

Outras questões foram sendo levantadas nos encontros presenciais entre o grupo, dessa vez, diretamente sobre a sua prática educativa com a disciplina de filosofia.

Quadro 3 – Recortes da fala do Professor Participante

Questão: O ensino de filosofia pode contribuir para elevação moral, cultural e social do jovem?			
SUJEITO	UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO	CATEGORIZAÇÃO/ CODIFICAÇÃO
P3	A Filosofia como tem seu caráter reflexivo, as aulas devem desenvolver o sendo crítico de nossos alunos, para que assim, ele possa exercer sua cidadania [...] os questionamento ajudam a compreender e encontrar soluções para os problemas enfrentados [...] ajuda a combater os preconceitos difundidos na sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver o senso crítico • Compreensão e solução de problemas • Combater preconceitos 	<ul style="list-style-type: none"> • Prática educativa • Ensino reflexivo • Senso crítico

FONTE: dados da pesquisa

Vale ressaltar, que nos diálogos, professores afirmavam que almejam uma educação capaz de desenvolver o senso crítico dos educandos, que liberta e que busque resolver os problemas que ele e a sociedade encontrem, e que leve realmente o aluno a transformar o mundo que está inserido. Portanto no Quadro 3, identificamos que na concepção dos entrevistados a disciplina de filosofia deve contribuir para elevação moral e cultural do educando, e que poderá, por meio da atividade filosófica, o jovem, poderá encontrar ou construir respostas para os seus problemas.

Mas, dando continuidade ao trabalho desenvolvido por meio das entrevistas, constatamos um problema encontrado que está relacionado as informações apresentadas no Quadro 3, ou seja, uma compreensão de mundo que o leve a encontrar soluções para os problemas enfrentados.

Quadro 4 – Recortes da fala do Professor Participante

Questão: Quais as dificuldades encontradas na pratica docente em sala de aula?			
SUJEITO	UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO	CATEGORIZAÇÃO/ CODIFICAÇÃO
P3	Infelizmente, sinto a certa dificuldade de relacionar os conhecimentos de filosofia com o cotidiano [...] a filosofia, mesmo ajudando desenvolver o lado crítico, ela é distante da realidade [...] percebo um certo desinteresse dos alunos em relação a aula de filosofia	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em relacionar teoria e prática • Alunos desinteressados 	<ul style="list-style-type: none"> • Prática educativa • Teoria e prática • Desinteresse

FONTE: dados da pesquisa

O recorte apresentado no Quadro 4, apresenta um obstáculo percebido por todos os outros professores. Essa dificuldade em sala de aula era sentida por todos, mas ao mesmo tempo, os professores compreendiam que a escola poderia ajudar na compreensão e solução dos problemas do cotidiano.

Em se tratando do ensino de filosofia, mesmo sabendo que a filosofia poderia contribuir para o desenvolvimento do senso crítico, a dificuldade era ainda maior, pois os professores, sentiam dificuldades em relacionar a filosofia a vida prática, fazer do momento de aula, uma problematização do cotidiano. Diante desse problema, segundo relato dos professores, surgia entre os alunos um certo desinteresse pela filosofia. Esse desinteresse se agravou com a discussão da não necessidade da filosofia no ensino médio como componente curricular obrigatório, assunto largamente discutido na imprensa e nas redes sociais.

Diante do problema e após conhecer algumas ideias dos colegas professores, sujeitos da pesquisa, decidimos iniciar um trabalho formativo, com textos sobre ensino de filosofia, e principalmente explorando a filosofia de Antonio Gramsci. Foram realizados 3 (três) seminários, com o objetivo de apresentar o que já se tem produzido a respeito do tema, e a partir disso, discutir de que forma é possível solucionar as dificuldades encontradas no cotidiano escolar. Os seminários também são fundamentais, pois favorecem o trabalho em grupo, e os fatos observados também serão refletidos e compartilhados nesses momentos.

Para facilitar a presença e a participação nos seminários de todos os professores que atuam com a disciplina filosofia na escola, foi definido o “dia pedagógico” da área de conhecimento. O corpo docente, juntamente com a direção da escola, define no início do ano, aquele dia da semana que os professores daquela área de conhecimento dedicará seus esforços para planejamento de suas atividades escolares. No caso dos professores de filosofia, foi escolhido as segundas-feiras, e, esses professores se encontram uma vez ao mês, no dia previamente definido, para compartilhar as dificuldades encontradas e definir ações para superação. Com a autorização da escola, e consentimento dos professores de filosofia, os seminários ficariam também nesses dias, pois a temática do seminário era justamente a mesma dos encontros previamente agendados. Esses seminários serviram também para a avaliação dos resultados obtidos em sala de aula. Portanto é um processo avaliativo contínuo. A participação dos envolvidos na pesquisa é

levada em consideração, bem como os conhecimentos e experiências que o mesmo adquiriu durante o processo.

Após a realização dos seminários, lançamos perguntas semelhantes as que foram feitas no início do estudo, para comparar as respostas antes e após a formação, discussão. Outros questionamentos devem surgir durante o processo para ajudar a construir uma análise mais detalhada e avaliação dos resultados obtidos com o estudo, tais como: O que é cidadania na perspectiva da legislação brasileira e como compreendê-la a partir da filosofia de Antonio Gramsci? É possível formar jovens no perfil proposto por Gramsci? O estudo da filosofia da práxis gramsciana, contribuiu para melhorar, transformar a sua atividade como professor da disciplina filosofia? Quais foram os grandes desafios e dificuldades encontradas nesse processo que foram superadas e ainda a superar? Você como professor, se sente um intelectual orgânico, que juntamente com seu grupo, busca a elevação moral e cultural?

Dessa maneira, os sujeitos da pesquisa participam de todo processo, não como objeto a ser observado, mas também como pesquisadores, pois os resultados foram obtidos a partir do que foi produzido por todos os participantes. Portanto, as repostas a essas perguntas serviram para avaliar os resultados finais e construir, coletivamente, uma nova realidade, uma transformação no modo de ensinar.

4. A INTERVENÇÃO FILOSÓFICA NO ENSINAR FILOSOFIA NUMA PERSPECTIVA DA PRÁTICA GRAMSCIANA

4.1 Os Seminários como formação continuada

A formação dos professores sempre foi uma preocupação presente nas discussões, tanto entre os próprios professores, quanto entre outros especialistas da educação e gestores da educação, no entanto, nunca se tratou tanto da formação do professor, como atualmente. Sendo assim, ao se pensar na formação docente, se tem plena certeza que ela deve ser contínua e eficiente, que possa oferecer ao educador a garantia de realização de suas tarefas com qualidade, com um ensino sempre atualizado e atraente para seus alunos.

O desejo de uma formação contínua para os professores foi também evidenciado entre os professores que lecionam a disciplina filosofia no Centro de Ensino Oscar Galvão. Nos nossos encontros em grupo, os educadores relataram que sentiam a necessidade de cursos de formação que pudessem ajudá-los a superar as dificuldades e desafios presentes no trabalho diário com seus alunos. Conforme relato do professor (P2), “a secretária de educação e a escola, deveriam ofertar cursos de formação continuada para nós professores, para que nesses momentos, também acontecessem discussões e relatos de experiências dos colegas para encontrarmos juntos, soluções para as dificuldades, que geralmente, são comuns a todos”.

Outro professor (P1), na sua fala, foi categórico ao dizer que “quem não se atualiza, fica para trás”. Nesse sentido, observamos que os educadores buscam se alimentar de novas informações, desejando novos conhecimentos, esse direcionamento pode ser considerado um ato político. Brandão ao discorrer sobre método de Paulo Freire, afirma “torna-se indispensável reinventar a educação e este trabalho, com que os próprios educadores se reeducam, é um ato político que começa com a afirmação de que a educação é um trabalho político” (2006, p.86).

A formação continuada dos professores deve ter como objetivo ajudar o profissional a desempenhar a sua função, sendo que para isso, tornar-se necessário muito preparo e estudo, para adaptar-se a novas situações que sempre são vivenciadas em sala de aula. O educador deve ter em mente, isso evidenciado entre os educadores participantes da pesquisa, que a formação não acaba na

universidade, ela precisa continuar em toda a vida profissional, portanto, cabe a cada um, dar continuidade a essa formação. Para Paulo Freire, “ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática” (1991, p. 58). Portanto, o tornar-se professor é um processo que leva tempo e dedicação, através da aprendizagem de novos saberes e, uma formação sem determinar um fim.

Nesse sentido, a formação que deve acontecer ao longo da vida docente, fará com que o professor possa refletir sobre sua prática, tentando compreendê-la a partir de teorias e dando novo sentido ao seu trabalho pedagógico. É importante destacar que, a formação não se limita à transmissão de novos saberes científicos mas deve ser compreendida também como uma reflexão das práticas.

O conhecimento profissional consolidado mediante a formação permanente apoia-se tanto na aquisição de conhecimentos teóricos e de competências de processamento da informação, análise e reflexão crítica em, sobre e durante a ação, o diagnóstico, a decisão racional, a avaliação de processos e a reformulação de projetos (IMBERNÓN, 2010, p.75)

Assim, a formação continuada tem também como objetivo, ajudar os docentes a desenvolver sua atividade reflexiva sobre seu próprio trabalho em sala de aula, na perspectiva de se alcançar uma consciência coletiva. Portanto, é um momento de aprendizado, planejamento e principalmente reflexão.

Como a formação pretende também transformações, essas não devem acontecer de forma imediata, portanto,

Os professores não alteram e não devem alterar suas práticas apenas porque uma diretriz lhes é apresentada, e eles se sentem forçados a cumpri-las. Eles não podem evocar novas práticas a partir de nada ou transpô-las de imediato do livro didático para a sala de aula. Os profissionais necessitam de chances para experimentar a observação, a modelagem, o treinamento, a instrução individual, a prática e o *feedback*, a fim de que tenham a possibilidade de desenvolver novas habilidades e de torná-las uma parte integrante de suas rotinas de sala de aula. (HARGREAVES, 2002, p.114).

São mudanças que o professor poderá alcançar de forma consciente e crítica, pois o ambiente escolar vai possibilitar a experiência do novo, não por imposição, mas dialogando com novas práticas e métodos, para que o mesmo possa encontrar as transformações necessárias em sua atividade em sala de aula.

Nesse processo de formação permanente, o professor busca se conhecer, se percebe como aquele que tem também a missão de oferecer os encaminhamentos para a transformação do mundo, para isso reconhece que “ensinar exige reflexão crítica sobre a prática” (FREIRE, 1996, p.30), e, podemos afirmar que, essa formação crítica se desenvolve a partir da formação permanente do professor, sendo o melhor caminho para se elevar a qualidade do nosso ensino.

Ao se pensar em melhorar a qualidade de nosso ensino, entendemos também que o professor deve ser um sujeito autônomo, perspectivando-o como um intelectual na prática docente.

Aos intelectuais orgânicos cabe a missão de levar as massas a filosofia da práxis, não de fora para dentro, mas articulando-a com a reflexão que é possível, através do chamado “núcleo do bom senso”, a partir da prática cotidiana das massas e de sua experiência na luta política. (MOCHCOVITCH, 1992, p.18)

Portanto, a formação continuada não tem como objetivo engessar o trabalho do professor, definindo métodos ou técnicas para o desenvolvimento de sua atividade. O professor precisa de autonomia, pois muitas de suas decisões não estão vinculadas aos seus materiais didáticos. Ele precisa assumir a sua capacidade de discernimento, para escolher entre uma ou outra opção, buscar assumir uma postura de filósofo na função de educador. E novamente, reafirmamos a importância da formação continuada do educador.

Um processo educativo, forjador de competências humanas, com os princípios educativos da prática humana, com dimensão cognitiva, compartilhada e afetiva, engendra uma nova prática social da educação e, nela, um novo profissional. As transformações de nosso tempo indicam a necessidade da instalação de uma terceira fase no processo de formação do professor, uma metamorfose de professor/ensinador, garantidor da apropriação do conhecimento/cultura, para educador/pesquisador, mediador do processo de formação humana. Esta construção do educador/pesquisador, em cada profissional da educação, é um processo contínuo de formação e exige intervenções de formação continuada. (WITTMANN apud MOREIRA, 2002, p.15)

Como educador pesquisador, o profissional deve assumir que não conhece tudo, mas que busca continuamente novos conhecimentos, para compreender melhor a realidade, e principalmente, transformar essa mesma realidade, tendo consciência que seu trabalho deve levar o educando a passar da heteronomia à autonomia. Nesse sentido, “para mediar a construção da autonomia e emancipação

sócio-antropológicas, os profissionais da educação, pelo processo de formação continuada, realizam sua reinvenção e passam por uma metamorfose” (MOREIRA, 2002, p.25).

Não podemos pensar a atividade do professor apenas como transmissão de conteúdo, que cumpre a risca o programa de ensino estabelecido pela escola. mas concebemos esse profissional como aquele mediador da aprendizagem, que educa e ajuda a desenvolver a capacidade de seu aluno de conhecer do si mesmo. Gramsci reconhece a importância do professor não só instruir, mas também de educar, por meio de um “trabalho vivo”, consciente das contradições existentes na realidade e consciente de sua tarefa enquanto educador.

Se o corpo docente é deficiente e o nexos instrução-educação é abandonado, visando a resolver a questão do ensino de acordo com esquemas abstratos nos quais se exalta a educatividade, a obra do professor se tornará ainda mais deficiente; ter-se-á uma escola retórica, sem seriedade, pois faltara a corporeidade material do certo e o verdadeiro será verdadeiro só verbalmente, ou seja, de modo retórico. (GRAMSCI, 2001, p. 44)

Nesse sentido, percebemos que parece existir uma relação entre o interesse do aluno por determinada disciplina e a prática desenvolvida pelo professor em sala de aula. Sair dessa verbalização de conteúdo, e assumir uma posição de crítico diante das contradições do seu mundo, levando o aluno também a desenvolver esse mesmo posicionamento diante das suas dificuldades e se colocar também como elemento dessa contradição.

Reconhecendo a importância da formação continuada para melhorar a qualidade do ensino, ousamos, como projeto de intervenção filosófica, desenvolver entre os professores 3 (três) seminários de formação, discussões e reflexões sobre a prática educativa, para “refletir sobre a prática educacional, mediante a análise da realidade do ensino, da leitura pausada, da troca de experiências. Estruturas que tornem possível a compreensão, a interpretação e a intervenção sobre a prática” (IMBERNÓN, 2010, p.43).

A reflexão na atividade docente “é uma forma de praticar a crítica com o objetivo de provocar a emancipação das pessoas, quando descobrem que tanto o conhecimento quanto a prática educativa são construções sociais da realidade”. (SACRISTÁN, 1998, p. 372).

Nesse entendimento, os professores buscam construir coletivamente novos conhecimentos, refletem sobre suas práticas para poder transformá-las, sendo uma reflexão que busca compreender a realidade dialogando com a teoria, ou seja, as ações estarão sempre orientadas pela teoria.

Para o primeiro seminário, utilizamos como texto base para estudo o capítulo 1 do livro “Filosofia em Sala de Aula – Teoria e prática para o ensino médio” de Lidia Maria Rodrigo (2009).

Quadro 5 – I Seminário

Tema: A didática da filosofia na escola de massa
<ul style="list-style-type: none"> • Um novo estatuto disciplinar • A Filosofia e o homem comum <ul style="list-style-type: none"> • Relação com o senso comum • Filosofia e Democracia • Possibilidades e limites da filosofia numa escola de massa • Sentido e objetivos da filosofia no nível médio • A necessidade de uma didática específica
Referência RODRIGO, Lídia Maria. Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o ensino médio. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. P. 7-33

Nesse primeiro seminário, realizamos a exposição do capítulo, e solicitamos a leitura do mesmo pelos professores para ajudar nas discussões e reflexões. O livro de Rodrigo (2009) faz parte do acervo da biblioteca da escola, o que causou surpresa entre os professores, pois assumiram que não imaginavam que naquele espaço haveria livros que discorriam sobre o ensino de filosofia.

Essa obra não é um manual de filosofia destinado aos alunos como livro didático, mas é um material destinado aos professores, com uma leitura de fácil compreensão, por dispor de uma linguagem simples. É considerada uma obra atualizada, criativa e completa, capaz de oferecer instrumentos importantes para o professor enfrentar os desafios encontrados em sala de aula.

Discutimos sobre o risco da banalização dos conhecimentos filosóficos, mas que devemos ter a consciência de que a filosofia no ensino médio não pretende formar especialistas, isso não significa que a filosofia deva ser praticada de qual maneira, de maneira espontânea, sem esforço e dedicação nos estudos. Nesse sentido, os professores reconheceram nas discussões que a filosofia é para todos, e nessa democratização dos saberes filosóficos, o homem simples, não pode ser excluído desse saber, impossibilitar o aluno de origem de ter acesso a esse

conhecimento, é impedi-lo de elevar-se culturalmente. Diante desse pensamento, os educadores também reconheceram que na sua atividade em sala de aula, ele deve levar em consideração o que o aluno já conhece, o seu cotidiano, as suas experiências de vida e problemas.

Nesse sentido, o professor deve buscar realizar um ensino que leve o aluno a problematizar o seu cotidiano, não realizando o seu trabalho como um mero transmissor de saberes. O professor deve seguir uma didática que seja filosófica, ou seja, ele deve assumir na sua prática educativa a postura de filósofo, que se encontra inserido num espaço com problemas e dificuldades que própria, mas que os encara de forma crítica para encontrar soluções.

Para o segundo seminário, resolvemos desenvolver o estudo da filosofia da práxis de Antonio Gramsci, apresentado alguns conceitos como, ideologia, hegemonia, intelectual orgânico, sempre dialogando com a educação e a escola.

Quadro 6 – II Seminário

Tema: O ensino de filosofia no nível médio na perspectiva da práxis gramsciana
<ul style="list-style-type: none"> • Filosofia da práxis como uma nova filosofia e a educação na visão de Antonio Gramsci • Gramsci: a especificidade da filosofia da práxis • Conceito de ideologia • Hegemonia • O professor, como intelectual orgânico, construindo o consenso dentro de uma nova escola
<p>Referência</p> <p>WHITE, B O . Gramsci e a educação: o papel dos intelectuais na construção de uma hegemonia popular. In: Helena Fontoura. (Org.). Pesquisas em Processos Formativos e Desigualdades Sociais. 1 ed. Niterói: Intertexto, 2018, v. 5, p. 81-87</p> <p>DUTRA, Cláudia; MORENO, Camila. Escola Sem Partido: estratégia golpista para calar a educação. In.: Carta Capital: Educação. São Paulo, 08 de agosto de 2016.</p>

O texto base utilizado, foi uma parte da produção escrita desse estudo, além da utilização de artigos que articulam o pensamento de Antonio Gramsci a educação.

Para o desenvolvimento dessa temática, foram necessários 2 encontros, pois no primeiro foi para apresentação e indicação das leituras individuais dos artigos. Essas leituras foram uma espécie de “dever de casa” para os professores, sendo que os mesmo deveriam trazer para o próximo encontro, dúvidas, questionamentos e entendimentos, para um momento de socialização. Essa atividade foi aceita e realizada por todos, pois esses eram conscientes que a formação continuada é

importante para a melhoria da qualidade da educação, e mais, que a leitura é indispensável nesse processo formativo.

O segundo encontro para a socialização foi de grande proveito para todos. As discussões dos textos levaram os professores a problematizarem principalmente a sua prática em sala de aula. Ouvimos diversos relatos de experiências, apresentando as dificuldades encontradas no ensinar filosofia para os jovens.

Foi buscando no desenvolvimento do segundo seminário, discutir, especialmente, a possibilidade do ensino de filosofia tornar a sala de aula um ambiente de problematização do cotidiano. O professor deveria realizar um trabalho educativo sendo consciente dos contrastes existentes na sociedade, lançando seu olhar para a realidade que eles e seus alunos estão inseridos, e tendo a consciência de que deveria estimular o desenvolvimento da autonomia de seus educandos.

[...] a Filosofia, enquanto matéria de ensino deveria incitar o jovem à ressignificação de sua experiência existencial. Dessa forma, o ensino de conteúdos filosóficos torna-se significativos, na medida em que proporciona ao aluno o desenvolvimento da sensibilidade e subjetividade tanto na dimensão intelectual quanto da consciência estética social. [...] Trata-se de centrar a reflexão filosófica do conteúdo a partir da experiência que o aluno traz do cotidiano, mas não tomando sua vivência como conteúdo, e sim como estratégia metodológica para produzir novos conhecimentos. (HORN, 2009, p. 17)

Nessa perspectiva, tornou-se uma proposta atraente para os educadores. Perceberam que era possível levar o aluno a dar importância aos conhecimentos filosóficos, se sentir atraídos pelos saberes produzidos na história da filosofia. Conforme relato de do Professor 2, “o aluno poderá reconhecer que a filosofia, mesmo sendo um conhecimento antigo, também é atual, ela pode ajudar os alunos a compreender e buscar solução para os problemas”.

A fala do professor 4 foi mais direta ao relacionar teoria e prática, afirmou que “se não relacionarmos a filosofia ao cotidiano do nosso aluno, ele não se sentirá motivado a estudar”, portanto, iniciou-se a percepção de uma mudança de mentalidade, pois os professores começaram a encontrar respostas para a pergunta que eles se faziam, “para que filosofia?” ou “qual a utilidade da filosofia?”

Por fim, realizamos o terceiro seminário, ampliando a discussão sobre a relação entre teoria e prática que deveria nortear o ensino de filosofia. Foi dado continuidade ao estudo da filosofia da práxis de Gramsci, dialogamos com o que propõe a legislação brasileira e as orientações da Secretaria de Estado da Educação

do Estado do Maranhão para o ensino de filosofia. Indicamos novamente como “dever de casa”, outros textos para leituras individuais, que deveriam ser discutidos no encontro seguinte.

Quadro 7 – III Seminário

<p>Tema: O ensino de filosofia no nível médio: perspectivas oficiais e gramsciana</p> <ul style="list-style-type: none"> • LDB, PCN e Reforma do Ensino Médio • Orientações pedagógicas do Estado do Maranhão • Filosofia da práxis como perspectiva para o ensino de filosofia • Oficina
<p>Referência</p> <p>BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, DF, 1999. Em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf</p> <p>FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. <i>Estud. av.</i> [online]. 2018, vol.32, n.93, pp.25-42.</p> <p>WHITE, B. O. A filosofia da práxis enquanto perspectiva filosófica para o Ensino Médio. <i>REVISTA VIRTUAL EN_FIL - ENCONTROS COM A FILOSOFIA</i>, v. 3, p. 5, 2015.</p> <p>ZUCK, D. V. ; PEREIRA, M. A. ; MELO, S. M. B. A. . Educação e Luta de Classes: as contribuições de Gramsci para a análise das Reformas Educacionais em curso na particularidade brasileira. 2017.</p>

Com esse estudo foi ampliada a discussão em relação a formação para o exercício da cidadania proposto pela legislação brasileira e a e como a reforma do ensino médio contribuiria para manutenção das desigualdades sociais que já existem no Brasil.

Por fim, iniciamos o trabalho de planejamento das ações, construindo, principalmente, os planos de aula de filosofia.

4.2 Professores e a articulação entre teoria e prática: alguns resultados

No estudo, buscamos sempre a conscientização de que todas as nossas ações devem ser orientadas pela teoria, principalmente no campo educacional, e seguindo a filosofia da práxis de Antonio Gramsci, que sugere não só a compreensão e interpretação da realidade, mas também buscar a transformação.

Nesse sentido, após o estudo realizado nos encontros e também nas leituras individuais, reflexão sobre a nossa prática educativa em sala de aula, iniciamos o planejamento de nossas ações, com o intuito de melhorar a qualidade do ensino da disciplina.

[...] o ato de planejar exige aspectos básicos a serem considerados. Um primeiro aspecto é o conhecimento da realidade daquilo que se deseja planejar, quais as principais necessidades que precisam ser trabalhadas; para que o planejador as evidencie faz-se necessário fazer primeiro um trabalho de sondagem da realidade daquilo que ele pretende planejar, para assim, traçar finalidades, metas ou objetivos daquilo que está mais urgente de se trabalhar. (OLIVEIRA, 2007, p.21)

Ora, se vamos planejar as ações, precisamos, primeiramente, ter um diagnóstico da realidade que será trabalhada. Por isso, é sempre importante, levar em consideração as experiências que os aluno têm, as suas necessidades, o que eles já conhecem a partir do seu cotidiano. A partir desse diagnóstico, é possível direcionar o caminho que se pretende percorrer para se alcançar as metas e objetivos.

Segundo Vasconcellos (2000),

[...] planejar é elaborar o plano de intervenção na realidade, aliando às exigências de intencionalidade de colocação em ação, é um processo mental, de reflexão, de decisão, por sua vez, não uma reflexão qualquer, mas grávida de intenções na realidade. (p.43)

Nesse seguimento, o planejamento se torna muito importante, pois o profissional deve ter consciência que a ação visa transformar a realidade. O ato de refletir sempre deve estar presente nesse trabalho, para enfim, traçar metas, objetivos, que a intervenção pretende alcançar. Portanto, o planejamento deve ser permanente no trabalho do professor, sempre tendo em vista a aprendizagem de seus alunos e buscando a sua elevação intelectual e moral.

Em relação a reflexão continua, Vasconcellos (2000) cita que

[...] o planejamento não é uma coisa que se coloca como um 'a mais' no trabalho do professor: muito pelo contrário, é o próprio eixo de organização e definição deste trabalho[...]. A proposta de planejamento que estamos aqui desenvolvendo visa justamente organizar, sistematizar, direcionar, tencionar esta reflexão do educador (p. 75)

A atividade docente necessita sempre de reflexões, se utilizando de um planejamento flexível, sempre adaptado a realidade. Ele é uma peça importante, pois as ações pedagógicas não podem ser improvisadas diante de um ambiente tão complexo, como o educacional, portanto, deverão ser ações com intencionalidade.

Qualquer atividade, para ter sucesso, necessita ser planejada. O planejamento é uma espécie de garantia dos resultados. E sendo a educação, especialmente a educação escolar, uma atividade sistemática,

uma organização da situação de aprendizagem, ela necessita evidentemente de planejamento muito sério. Não se pode improvisar a educação, seja ela qual for o seu nível ((SCHMITZ, 2000, p.101)

Nos encontros de planejamento coletivo, professores relataram a necessidade de se planejar o trabalho docente para melhorar a prática em sala de aula. Segundo o Professor 4, “se não planejamos, não teremos êxito no trabalho”. E seguiu o comentário citando um problema que é comum, “às vezes, por falta de tempo, acabamos pecando em não planejar nossas aulas, improvisando com o livro didático”.

Essa “falta de tempo” relatada pelo Professor 4 é um problema que vários professores são obrigados a “criar”. Infelizmente, pela baixa remuneração, professores acabam trabalhando em 2 ou mais escolas para complementar a renda familiar, diminuindo o tempo reservado para o estudo e planejamento das atividades. Mesmo com esse problema presente, eles são conscientes da importância do planejamento escolar, e por isso, reconhecem quando isso não acontece, acabam improvisando e, conseqüentemente, não tendo bons resultados no seu trabalho docente.

Mesmo a escola disponibilizando 1/3 da jornada de trabalho semanal para as atividades extracurriculares, ou seja, para os trabalhos fora da sala de aula, ainda assim o problema persiste, pois este tempo é reservado para as demais atividades que fazem parte do ofício de professor, como planejamento, correção de avaliações, formação, reunião com pais, entre outras. É um espaço de tempo reservado para muitas atividades que estão ligadas a escola, obrigando o professor a encontrar um outro momento para preparação de aula.

Diante disso, constatamos que mesmo diante de tantas dificuldades encontradas, o professor tem plena consciência da necessidade do planejamento de suas ações. Reconhecem que para o sucesso do trabalho é preciso um plano bem elaborado, que o oriente nas ações e decisões, com o objetivo de transformar a realidade. Um trabalho contínuo e dinâmico, sempre acompanhado de reflexão e tomada de decisão, pautado pelo bem coletivo, pois precisa considerar todos que fazem parte daquele universo.

Por considerarmos a necessidade do ensino de filosofia está articulado aos problemas do contexto social, não descartando os saberes filosóficos produzidos na história, mas fazendo com que o cotidiano possa ser também analisado a partir da filosofia, para que o aluno possa produzir novos conhecimentos.

Conforme Libâneo (1992),

A ação de planejar, portanto, não se reduz ao simples preenchimento de formulários para controle administrativo; é antes, a atividade consciente de previsão das ações docentes, fundamentadas em opções político-pedagógico, tendo como referência permanente as situações didáticas concretas, isto é, a problemática social, econômica, política e cultural que envolve a escola, os professores, os alunos, os pais, a comunidade, que interagem no processo de ensino (p. 222)

Seguindo essa perspectiva, providenciamos os planejamentos⁹ em formato de oficina. Um trabalho que exigiu dedicação e compromisso de todos os envolvidos, algo que não foi difícil de se ter, pois a meta era a intervenção na própria atividade docente, com a intenção de melhorar a qualidade do ensino e, conseqüentemente, a transformação da realidade de seus alunos, ou seja, um trabalho que visava a elevação cultural e social do aluno, algo que seria possível com articulação entre teoria e prática.

Acreditando que o professor deve assumir uma postura filosófica em sala e concebendo que é impossível se manter neutro diante dos principais problemas que a sociedade vivencia, especialmente, as desigualdades sociais, levantou-se a discussão da chamada “escola sem partido”, que defende uma falsa neutralidade do professor em relação a sua atividade em sala de aula.

Segundo o Professor 1, “se assumimos um posicionamento político, denunciando as injustiças sociais, logo seremos taxados de doutrinadores, às vezes, para piorar a nossa situação, os próprios colegas nos criticam, pretendendo nos denunciar, entre aspas”. Os demais professores concordaram com a fala do colega, e reafirmaram a dificuldade de se planejar um ensino de filosofia que problematize o cotidiano do aluno, depois que surgiu “a moda da escola sem partido” (Professor 4).

Para ampliar a discussão, levamos o entendimento de René Silveira (1995) ao afirmar a “neutralidade impossível” da escola e do educador, apresentando duas razões. Na primeira, por sermos seres históricos e por fazermos parte de uma determinada classe social, e por isso, somos formados a partir de valores, opiniões, e concepção de mundo compartilhados por esse grupo. Nesse sentido, essa formação determina os nossos comportamento e decisões.

A segunda razão apresentada por Silveira (1995) é que se assumirmos um posicionamento neutro diante do contexto social, um espaço que existem a classe dominante e dominada, estaremos também tomando “partido”. Essa pretensão de

⁹ Selecionamos alguns planejamentos que estão nos anexos

restringir o trabalho docente como simplesmente a transmissão de saberes, não se importando com a realidade, irá favorecer a manutenção das desigualdades, ou seja, estará favorecendo os interesses da classe que domina, portanto, não existe um posicionamento neutro.

A consciência de classe é necessária no ambiente escolar, mesmo sabendo que existem professores comprometidos com os interesses da classe dominante, que estarão afirmando que o trabalho docente não deve levar em consideração os problemas sociais. Reafirmamos a necessidade do professor se identificar como participante da classe trabalhadora

Não é que alguns educadores, devido a suas convicções políticas e ideológicas, façam de seu trabalho um trabalho político, assim como outros o manteriam em sua esfera específica, resguardando a sua pureza original. Queiram ou não os educadores, tenham ou não consciência dessa realidade, seu trabalho é necessariamente político. Nem mesmo a 'santa' ingenuidade dos que têm plena convicção do caráter desinteressado (neutro) de sua prática educativa elimina essa dimensão política. Numa palavra, o político constitui o próprio ser do ato educativo, enquanto ato humano é, como tal, inserido na luta concretas dos homens. (SILVEIRA apud COELHO, 1995, p. 23,)

Portanto, o professor não pode negar aos seus alunos o direito de se reconhecer pertencente a uma classe, tomar consciência do pertencimento a um determinado grupo, que tem interesses próprios, que visa melhorar a sua condição social, sendo contrária a qualquer tipo de privilégios. Não se trata de buscar um conflito violento entre as classes, mas a tomada de consciência que existe uma situação de desigualdade social dentro da nossa sociedade (SILVEIRA, 1995).

Diante do exposto, o professor na realização do seu planejamento escolar, tem que ter consciência da sua função como educador, ajudando seus alunos na apropriação dos saberes por eles desconhecidos e assumir a sua posição pertencente a uma classe, que é a trabalhadora.

[...] essa apropriação do saber pelos alunos da classe trabalhadora constitui-se num importante instrumento de luta pela sua libertação. De posse desse saber que o professor, na escola, lhes ensina, os alunos poderão desenvolver uma compreensão mais rigorosa e crítica da realidade em que vivem e, conseqüentemente, agir de forma mais consciente e eficaz para transformá-la. Isso ocorre até certo ponto independentemente da vontade do professor. (SILVEIRA, 1995, p.27)

Seguindo as discussões nos encontros, os professores-participantes, relataram que na função de educador, “devemos ser mediadores do conhecimento

na sala de aula, buscando oferecer aos nossos alunos as ferramentas necessárias a transformação da sua realidade” (Professor 1). Um outro professor concordando com o colega, afirmou que “devemos ajudar os nossos alunos a se tornarem autônomos, que seja capaz de decidir livremente”.

Nesses relatos dos professores, recordamos o posicionamento de Gramsci (2001) em relação a escola, que a mesma deveria preparar o jovem para a tomada de decisão livre, que fosse capaz de dirigir-se ou dirigir quem o dirige. Mas como alcançar essa autonomia de seus alunos na tomada de decisão em busca de uma transformação social? Como o professor pode desenvolver seu trabalho pedagógico visando a mudança na realidade? (SILVEIRA, 1995). Foram perguntas também levantadas para os participantes.

Os professores foram unânimes em afirmar que o percurso se inicia com o conhecimento da própria realidade, dos seus problemas e anseios, caso contrário, uma intervenção seria improvável. Para o Professor 2, “como posso mudar algo que não conheço?”. Um outro participante, seguindo o colega, afirmou que “quando eu conheço a vida dos meus alunos e reconheço que devo ter o compromisso de ajudá-lo, meus planejamentos serão focados para a transformar a vida deles, melhorar a sua condição de vida”.

Mas não basta somente conhecer a realidade de seus alunos, o professor deve se conscientizar que os conhecimentos filosóficos produzidos na história devem ser apropriados pelos educandos, não de forma mecânica ou passiva, mas uma apropriação crítica, ativa, participante. O acesso aos saberes filosóficos – sem a banalização do ensino - não lhe pode ser negado, acreditando que a filosofia é um privilégio de poucos (RODRIGO, 2009), mas para isso, “obviamente, supõe que o professor tenha, ele próprio, domínio sobre esses conteúdos que irá transmitir aos alunos, sem o que tal transmissão seria prejudicada” (SILVEIRA, 1995, p.28). Afirmação compartilhada entre os professores-participantes, pois “no meu planejamento de aula, devo buscar o domínio daquele assunto, preciso estudar para estar preparado para o momento da aula” (Professor 2).

Após os encontros de planejamentos, marcamos um último encontro¹⁰ para compartilhar as experiências vivenciadas na interação com os alunos. Seria um momento de avaliar o trabalho, se foi alcançado os objetivos traçados nos planos.

¹⁰ Vale destacar que a partilha de experiências passou a ser ainda mais praticado nos encontros quinzenais para o planejamento coletivo de professores por disciplina.

Selecionamos alguns relatos de experiências em sala de aula. Os professores confessaram que ao utilizar uma didática que articula os conhecimentos filosóficos com os saberes próprios dos alunos, percebeu-se, claramente, uma maior participação dos estudantes nas aulas.

Conforme o Professor 3, “a filosofia relacionada a vida prática, passou a ser interessante para os meus alunos. Eles participam dos debates e aula deixou de ser tão cansativa”.

Já o Professor 1, relatou que “nas minhas aulas, eu percebia os alunos apáticos, alguns quando não “matavam” a aula, ficavam usando o celular para passar o tempo, isso me incomodava bastante, pois era obrigada a reclamar e me tornar ainda mais a professora chata”.

Na palavra do Professor 4, “os temas propostos na sala de aula para discutirmos com a filosofia, foram temas conhecidos por eles, que eles viveram ou estavam vivendo naquele momento. A infrequência diminuiu bastante”.

O Professor 3, ainda afirmou que “com a participação dos alunos nas aulas, eu aceitei ser mais flexível com o plano. Eles passaram a sugerir temas para as futuras aulas. Que alegria”.

Essa participação e crítica ao programa de ensino foi tratada por Gramsci,

Criticar os programas e a organização disciplinar da escola significa menos do que nada, se não se levam em conta estas condições. Assim, retorna-se à participação realmente ativa do aluno na escola, que só pode existir se a escola for ligada à vida. (2001, p.45)

Portanto, a participação ativa dos alunos, inclusive no planejamento de atividades e seleção de conteúdos era importante da perspectiva de Gramsci, e, os professores-participantes do estudos, compreenderam que esse protagonismo dos estudantes já era uma demonstração da possibilidade de fortalecimento da autonomia e reflexão.

Nos encontros de planejamento, sugerimos a criação de um instrumento de informação e formação que toda a comunidade tivesse acesso. A ideia de se construir um blog foi bem aceita, pois ajudaria a divulgar mais facilmente os materiais produzidos, além de não ter custos financeiros para escola.

Os materiais divulgados no blog seriam produzidas pelos professores, essa era a ideia inicial. No entanto, ao apresentar o projeto em sala de aula, os

educadores nos relataram que os alunos pediram para participar desde a construção até nas publicações. Relatam a satisfação que sentiram ao perceber que os alunos desejavam participar mais ativamente dos assuntos relacionados a escola. “Não imaginei que os meus alunos iriam exigir participar desse trabalho, na maioria das vezes, quando se falava em projeto, a cara de desânimo era geral” (Professor 3).

Ainda em relação ao blog, o Professor 2 relatou que “o blog é muito bom para acompanharmos a participação dos alunos. Os comentários nas matérias serviram como um dos instrumentos para avaliarmos a evolução de nossos alunos.

O Professor 2 mostrou está bastante entusiasmado, citou que “acredito que será um sucesso, vejo o meu trabalho sendo reconhecido, chega da ideia de que filosofia é só para completar a carga horária”.

Foi possível identificar na postura desses professores, um respeito ao seus alunos, não duvidando da sua capacidade de aprender e também de produzir novos conhecimentos, essa demonstração de aceitar a participação na seleção de conteúdos para as aulas e também na produção de matérias para o blog, é claramente uma mudança de postura do educador, ele não se sente o dono do saber que está ali para transmitir os conteúdos e os alunos estão ali para receber passivamente.

[...] é uma pré-condição para que se estabeleça uma relação autenticamente educativa. Mas não basta crer no potencial cognitivo do aluno. Mais que isso, é preciso também confiar no saber que ele já possui, valorizar esse saber, criar condições para que ele o expresse com liberdade. Afinal, o saber do aluno, isto é, sua experiência cultural – o senso comum do qual participa – é o ponto de partida do trabalho pedagógico.” (SILVEIRA, 2018, p.108)

Nesse sentido, a teoria, compreendida aqui como os conhecimentos filosóficos, devem ser articulados ao cotidiano do aluno. Portanto, o professor precisa desenvolver uma prática pedagógica inspirada na filosofia da práxis de Gramsci, unindo teoria e prática, valorizando os saberes e experiências do seu educando. Essa proximidade entre escola e a vida, conseqüentemente, fará o aluno dar mais significado a aprendizagem, reconhecendo a necessidade de se buscar o conhecimento sistemático produzido na história para a solucionar os problemas que a realidade apresenta.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da presente pesquisa, nos possibilitou a constatação de dificuldades encontradas pelo professor de filosofia na sua prática em sala de aula, mas também possibilitou ajudar na compreensão do problema, refletir sobre o trabalho educativo e buscou-se, coletivamente, encontrar soluções.

Diversos relatos de experiências foram apresentados, dentre eles, os professores alegaram perceber um certo desinteresse dos alunos pelas aulas de filosofia. Apontavam índices ruins de frequência, especificamente na aula de filosofia, mesmo presente, eram alunos indiferentes, algo que acabava afetando também o professor, pois relataram que se sentiam desmotivados com tal situação.

O trabalho em sala de aula era a partir de atuações improvisadas, sem um planejamento adequado. Essas improvisações contribuíam ainda mais com visão da filosofia com uma disciplina sem importância.

A disciplina de filosofia, em geral, era vista como um “complemento de carga horária”, um preconceito difundido na escola pelos professores de outras disciplinas que ocasionava ainda mais desânimos entre os que lecionavam filosofia. De fato, não encontravam um significado que pudessem legitimar o ensino de filosofia, uma “utilidade” para essa disciplina. Se o professor se encontra desmotivado para atuar, como ele irá motivar seus alunos a participarem na aula de filosofia?

Um dos fatores que influenciava no desinteresse do aluno era que a filosofia parecia algo muito distante da realidade, ou seja, um saber erudito, reservado a alguns privilegiados, e que na verdade não se relacionava com a vida ou o mundo daqueles alunos.

Diante dessas dificuldades, empreendemos um trabalho na escola, conjuntamente com esses professores de filosofia, para buscar compreender e solucionar tais problemas.

É importante ressaltar, que ficou claro o entusiasmo dos participantes na busca de bons resultados, principalmente no atual contexto político-educacional, que apresenta a filosofia não mais como componente curricular obrigatório, portanto nesse estudo, os docentes perceberam que seria uma forma de mostrar que a disciplina deve permanecer como disciplina necessária para a formação humana.

Os estudantes do ensino médio, são geralmente, adolescentes, uma fase de inquietações e questionamento das coisas, e sempre, a seu modo, buscando

respostas para essas dúvidas. Então, o professor deve compreender que esse é um momento propício para se desenvolver aulas de filosofia que possam problematizar o cotidiano desse alunado. As suas experiências de vida, os seus conhecimentos adquiridos na comunidade, deveriam fazer parte das discussões filosóficas.

Nesse sentido, o professor de filosofia deveria se sentir um filósofo, atuante, para dessa forma fazer os seus alunos sentirem vontade de filosofar, desenvolvendo o pensamento crítico e autônomo.

Buscamos desenvolver a filosofia da práxis de Antonio Gramsci como uma perspectiva para o modo de se ensinar filosofia no ensino médio.

Pautamos um ensino articulado com a realidade, sendo o professor um intelectual orgânico daquele grupo, responsável por contribuir para a elevação cultural e social dos seus alunos. Não utilizando a realidade como conteúdo do currículo, mas que a filosofia pudesse ser viva e fosse um instrumento importante para se compreender o mundo e, principalmente, ajudasse a transformar. Na filosofia da práxis de Gramsci, a filosofia não deveria só compreender o mundo, mas também intervir, transformar.

Nesse sentido, desenvolvemos um trabalho de conscientização do professor, para que ele se sinta um agente transformador, que sua prática pedagógica seja comprometida com a transformação social, visando sempre a elevação cultural e social de seus alunos.

[...]o professor, ao ensinar, transforma-o paulatinamente e, por extensão, também o ambiente cultural em que ele vive. Ao fazê-lo, porém, transforma-se também a si mesmo: aprende com o saber do aluno; incorpora à sua cultura elementos da cultura dele; repensa ideias, valores e posições; reformula e aprimora procedimentos didáticos; avalia e reconsidera objetivos e estratégias; amplia suas experiências e seus horizontes. Ao estilo do “filósofo democrático” de Gramsci, o intelectual professor, ao educar o aluno e transformar o ambiente cultural em que atua, é também por eles educado e transformado. Realiza-se, assim, a máxima “todo professor é sempre aluno e todo aluno, professor”. (SILVEIRA, 2018, p. 109)

Portanto, o professor precisa sempre desenvolver um trabalho consciente de sua contribuição em transformar a si, seu aluno e o mundo que eles estão inseridos. Consciente que na sua principal função que é ensinar, ele também aprende, está sendo educado pelo seu aluno. Não é só um transmissor de conteúdo e seu aluno um receptor passivo, mas nessa interação entre professor e aluno possa ocorrer a aprendizagem mútua.

Na pesquisa de intervenção filosófica, não tivemos a pretensão de esgotar o assunto ou resolver todos os problemas que professores enfrentam no cotidiano escolar, mas buscamos compreender e, partir dessa compreensão, refletir sobre a nossa prática pedagógica, buscando encontrar encaminhamentos que ajudariam a solucionar ou amenizar tais dificuldades.

O dever do professor é sempre o mesmo: dar ao estudante os instrumentos que lhe permitam exercer a liberdade de avaliar criticamente essas ideias, e não impedir essa liberdade lecionando as ideias dos filósofos como coleções de frases e palavras para enfeitar o discurso. Consequentemente, ainda que não possamos definir claramente a filosofia como uma atividade crítica, a disciplina de filosofia só pode ser ensinada criticamente. (MURCHO, 2002 p.24).

Portanto, nosso professor deve desenvolver um ensino de filosofia, não só apresentando o pensamento de filósofos como se fosse uma coletânea, mas o ensino deve ser sempre uma atividade filosófica, um espaço de crítica de ideias e concepções. Somente assim, o aluno poderá desenvolver a autonomia, pensando livremente e tomando decisões a partir da teoria.

Os professores participantes da pesquisa reconheceram a necessidade de se estabelecer um elo entre a teoria e prática, não se poderia mais pensar na filosofia distante do real. Uma filosofia engajada aos problemas do cotidiano passou a ser significativa para os professores e seus alunos.

Nesse “novo” modo de ensinar, que o professor se reconhece participante do mesmo mundo que seus alunos participam, enfrentando os seus problemas e tendo os mesmos anseios, o educador utiliza a sala de aula, como terreno que desvela as contradições presentes na sociedade. O professor deve contribuir para a construção de um sujeito crítico e emancipado, reconhecendo que a educação não tem por objetivo moldar pessoas e nem apenas transmitir conhecimentos, mas deve contribuir para formação de jovens conscientes, críticos e autônomos.

Segundo os professores participantes, o estudo contribuiu decisivamente para a mudança de postura na prática pedagógica. Foram momentos de reflexão e estudo que ajudaram na compreensão da necessidade de se articular os conhecimentos filosóficos à vida do aluno, inspirados na filosofia da práxis de Gramsci, para se ter um ensino mais significativo e interessante.

Foi um trabalho coletivo, que sem o envolvimento e participação efetiva de todos os professores, sem dúvida nenhuma, não teríamos sucesso. O êxito,

segundo os próprios educadores, foi constatado com a motivação dos alunos no momentos das aulas de filosofia. De modo geral, os estudantes passaram a participar das discussões e debates filosóficos, produzindo novos conhecimentos e desenvolvendo as atividades que eram propostas em sala, não mais como uma obrigação para obtenção de nota, mas se sentiam estimulados, pois sentiam a filosofia próxima da realidade.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**: Nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. Introdução Crítica de J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **Ideologia e Aparelhos ideológicos de estado**. Lisboa: Presença 1970.

BARATTA, Giorgio. Escola, filosofia e cidadania no pensamento de Gramsci: exercícios de leitura. **Pro-Posições**. Campinas, v. 21, n.1, abr, 2010.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Plano, 2002.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BARROS, E. C.; VALENTIM, M. C.; MELO, M. A. A. O debate sobre o mestrado profissional na Capes: trajetória e definições. **Revista Brasileira de Pós-graduação**, Brasília, v. 2, n. 4, p. 124-138, 2005. Disponível em: ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/84/80

BELL, Judith. **Projeto de pesquisa**: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. 4 ed. Porto alegre: Artmed, 2008.

BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. Trad. Marco Aurelio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é o método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, n. 9.394. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

BRASIL. **Ministério da Educação**. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, DF, 1999. Em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>

COUTINHO, Carlos Nelson. Introdução de Carlos Nelson Coutinho. In: GRAMSCI, A. **Cadernos do Carcere**. Tradução e edição Carlos Nelson Coutinho, coedição Marco Aurelio Nogueira. Vol 1. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

_____. **Gramsci**: um estudo sobre o seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus. 1992

DESLANDES, K. e FIALHO, N. **Diversidade no ambiente escolar**: instrumentos para a criação de projetos de intervenção. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2010.

DIAS, Edmundo. **Hegemonia**: nova civiltà ou domínio ideológico? História e Perspectivas, Uberlândia (50): 89-146, jan./jun. 2014

_____. **A política brasileira**: embate de projetos hegemônicos. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sunderman, 2006.

FERNANDES, Darlan Pereira. **Pedreiras**: fundamentos da sua história. São Luis – Impress, 2012.

FERREIRA, Oliveira S. **Os 45 cavaleiros húngaros**: uma leitura dos Cadernos de Gramsci. São Paulo-Brasileira: Hucitec-UNB, 1986

FINELLI, R., Marx e Gramsci: o confronto de duas antropologias, em: PETRONIO, G. e MUSITELLI, M. P. (orgs) **Marx e Gramsci**: memória e atualitá. Roma. Editora Manifestolibri, 2001.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2008

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer**: teoria e prática em educação popular. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

FREITAG, Bárbara. **Escola estado e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980. (Coleção educação universitária)

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Introdução ao estudo da filosofia; A filosofia de Benedetto Croce. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v 1

_____. **Cadernos do cárcere; Os intelectuais; O princípio educativo; Jornalismo**. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira.- 2.ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

_____. **Cadernos do cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 3 ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a.v. 3

_____. **Cadernos do cárcere, Temas de cultura - Ação Católica Americanismo e fordismo.** Edição tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 2 ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b v. 4.

_____. **Concepção dialética da História.** Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 10. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 1995

GO, Nicolas. Filosofia: uma educação. In.: KOHAN, Walter O (org). **Políticas do Ensino de Filosofia.** São Paulo: DP&A, 2004.

GRISONI, Dominique; MAGGIORI, Robert. **Ler Gramsci.** Lisboa; Iniciativas Editoriais, 1973.

HARGREAVES, A. **Aprendendo a mudar:** o ensino para além dos conteúdos e da padronização. Porto Alegre: Artmed, 2002.

HORN, G. B. **Ensinar Filosofia** - pressupostos teóricos e metodológicos. Coleção filosofia e ensino, 13. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2009.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

JIMENEZ, S. A educação e a relação teoria-prática: considerações a partir da centralidade do trabalho. In: _____. V. & FURTADO, E. B. (Orgs.) **Trabalho e Educação:** uma intervenção crítica no campo da formação docente. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2001

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar:** teoria e prática. 4. ed. Goiânia: Alternativa, 1992.

LOSURDO, Domenico. **Gramsci, do liberalismo ao “comunismo crítico”** / Domenico Losurdo; tradução Teresa Ottoni; revisão da tradução Giovanni Semeraro – Rio de Janeiro: Revan, 2006, 2ª edição 2011

LUCIO-VILLEGAS. Emilio. Construir uma argamassa contra-hegemônica: Reflexões sobre Educação Desenvolvimento. **Revista Lusófona de Educação.** 2007, 9 35-49.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARX, K. **Teses sobre Feuerbach.** 2ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Col. Os Pensadores).

_____. **A Ideologia Alemã.** São Paulo, Martins Fontes, 1989.

MOCHOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a escola**. 3.ed. Editora Ática: São Paulo, 1992.

MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci**. Coleção educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. Ideologia e Intelectuais em Gramsci. In: **Revista Educação e Sociedade**. Ano I, n.1, set/1978. Campinas: Faculdade de Educação/Unicamp e Cortez&Moraes. 1978.

MOREIRA, Carlos Eduardo. **Formação continuada de professores: entre o improvisado e a profissionalização**. Florianópolis: Insular, 2002.

MURCHO, D. **A Natureza da Filosofia e o seu Ensino**. Lisboa: Plátano, 2002

NOSELLA, Paolo. **A Escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

OLIVEIRA, Dalila de Andrade. **Gestão Democrática da Educação: Desafios Contemporâneos**. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

PÁDUA Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa Abordagem teórico prática**. Campinas: Papyrus, 1996.

PINTO, João Bosco Guedes. **Pesquisa-Ação: Detalhamento de sua sequência metodológica**. Recife, Mimeo, 1989.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977

PPP – Projeto Político Pedagógico do Centro de Ensino Oscar Galvão. Pedreiras-MA. 2017

RIBEIRO, R. J. O mestrado profissional na política atual da Capes. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 2, n. 4, p. 8-15, 2005

RODRIGO, Lídia Maria. **Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o ensino médio**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009

SANTOS, Pedro Pereira dos. **Educar para quê?: uma análise gramsciana da prática do educador social com crianças e adolescentes**. UFC – 2017. 297 f.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2008.

_____. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 11.ed. Campinas: Autores Associados, 1996.

SACRISTÁN, J. G.; PÉREZ GÓMEZ, A.I.; **Compreender e transformar o ensino.** Artmed, 1998

SCHMITZ, Egídio. **Fundamentos da Didática.** 7 Ed. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2000.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis.** Aparecida – SP: Ideias & Letras, 2006

SILVEIRA, R. J. T. O professor e a transformação da realidade. Presidente Prudente **Nuances**, UNESP, v. 1, n.1, p. 21-30, 199

_____. A Relação Professor-Aluno de uma Perspectiva Gramsciana. **Educação e Realidade.** Edição eletrônica, v. 43, p. 97-114, 2018

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci:** sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social. São Paulo: Cortez, 2011.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento:** projeto de ensino-aprendizagem e projeto políticopedagógico. 9 ed. São Paulo: Libertad, 2000.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da praxis.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

APÊNDICES

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

1. PROFESSOR (A) DE QUAL (IS) DISCIPLINA (S)?
2. FORMAÇÃO ACADÊMICA?
3. TEMPO DE SERVIÇO EM SALA DE AULA?
4. HÁ QUANTOS TEMPOS VOCÊ LECIONA A DISCIPLINA DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO?
5. TRABALHA EM OUTRAS ESCOLAS? QUANTAS?
6. JÁ PARTICIPOU DE FORMAÇÃO CONTINUADA RELACIONADA AO ENSINO DE FILOSOFIA?
7. SE SIM, VOCÊ UTILIZA OS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS NAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA NA SUA PRÁTICA EM SALA DE AULA?
8. VOCÊ COSTUMA FAZER UM DIAGNÓSTICO INICIAL PARA CONHECER SEUS ALUNOS?
9. FAZ CONCLUSÃO OU FECHAMENTO DA SUA AULA DE FILOSOFIA?

EM CICLO DE CONVERSA

- Qual o papel da educação na vida do jovem?
- A educação prepara o jovem para o exercício da cidadania?
- O que é cidadania?
- A educação pode contribuir para a elevação moral e cultural do aluno?
- O ensino de Filosofia pode contribuir para elevação moral, cultural e social do jovem?
- Quais as dificuldades encontradas na prática docente em sala de aula?
- Estudo da Filosofia da Práxis, proposta por Gramsci, contribuiu para transformar a sua atividade como professor da disciplina Filosofia? Quais as mudanças foram provocadas?
- O seu trabalho tem oferecido oportunidades para os alunos conseguirem compreender o mundo à sua volta?
- Você acha importante a formação permanente do professor? Por que?
- O planejamento é importante? Por que? Você costuma planejar suas ações em sala de aula?
- Busca conhecer a realidade de seu aluno para desenvolver um trabalho relacionado aquela realidade?
- É possível identificar uma melhoria no ensino ao relacionarmos a teoria e prática? Exemplifique



**SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO
PARA PESQUISA/AÇÃO**



Eu, **VAGNER MARCOS COSTA LIMA**, Matrícula/UFPI Nº 20171007472, responsável principal pelo Projeto de Pesquisa e Intervenção para dissertação de Mestrado em Filosofia do PROF-FILO da Universidade Federal do Piauí-UFPI, venho, solicitar autorização do Centro de Ensino Oscar Galvão, para realizar a pesquisa/ação da/na prática pedagógica do ensino de filosofia com os professores da Disciplina de Filosofia nesta escola, conforme apresentado no Projeto de Pesquisa intitulado **O ENSINO DE FILOSOFIA NO NÍVEL MÉDIO NA PERSPECTIVA DA PRÁXIS GRAMSCIANA**, que tem por objetivo primário: Desenvolver a Filosofia da Práxis, uma articulação entre teoria e prática visando sempre à emancipação social, política e ideológica, proposta por Gramsci, na prática do ensino da disciplina de Filosofia no Centro de Ensino Oscar Galvão. Esta pesquisa está sendo orientada pelo Professor Dr. José Renato de Araújo Sousa.

Contando com a autorização desta instituição, coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento.

Vagner Marcos Costa Lima
Pesquisador/UFPI

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada **O ENSINO DE FILOSOFIA NO NÍVEL MÉDIO NA PERSPECTIVA DA PRÁXIS GRAMSCIANA**, conduzida por **Vagner Marcos Costa Lima**, pesquisador responsável, e orientada pelo Professor Dr. José Renato de Araújo Sousa, ambos do Programa de Mestrado em Filosofia PROF-FILO da Universidade Federal do Maranhão. Este estudo tem por objetivo principal desenvolver a Filosofia da Práxis, uma articulação entre teoria e prática visando sempre à emancipação social, política e ideológica, proposta por Gramsci, na prática do ensino da disciplina de Filosofia no Centro de Ensino Oscar Galvão. Nesse sentido, a pesquisa tentará transformar a prática pedagógica dessa disciplina na escola, dando uma perspectiva política. Desconstruir o entendimento que a Filosofia fica só no conhecer, mas compreender que a partir desse conhecimento, deve-se buscar uma ação transformadora da realidade na qual ele está inserido, onde tem consciência de si e do seu papel como sujeito autônomo. Portanto, a Filosofia não pode estar desvinculada da realidade

Você foi selecionado (a) por ser professor (a) e está lecionando a disciplina filosofia no Ensino Médio na referida escola. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo. A participação não será remunerada nem implicará gastos para os participantes, se surgirem eventuais despesas de participação, elas serão custeadas ou ressarcidas pela pesquisa.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em participar das discussões, rodas de conversas com os outros professores, sobre os objetivos que devem ser atingidos com o ensino de filosofia e uma reflexão sobre a prática do mesmo na escola, além de seminários, oficinas, entrevistas, aplicação de questionários e formação, sempre com a participação do pesquisador responsável.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. O pesquisador responsável se compromete a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de participantes, em que o informante será identificado por um nome fictício no texto da pesquisa.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável da pesquisa. Seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Contatos do pesquisador responsável: Vagner Marcos Costa Lima; e-mail: prof.vagnermarcos@gmail.com; Fone/WhatsApp: (99) 98116-7237.

Orientador da Pesquisa: Professor Dr. José Renato de Araújo Sousa; e-mail: renatocacto@hotmail.com; Fone: (86) 99949-8983.

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UFPI, Campus Universitário Ministro Petrônio Portella – Bairro Ininga, CEP: 64.049-550, Teresina-PI; e-mail: cep.ufpi@ufpi.edu.br; fone: (86) 3237-2332. O horário de atendimento ao público é de segunda a sexta das 08h00 às 12h00 e das 14h00 as 18h00.

Declaro que li e entendi todas as informações presentes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e tive a oportunidade de discutir as informações deste termo. Todas as minhas perguntas foram respondidas e eu estou satisfeito com as respostas. Entendo que receberei uma via assinada e datada deste documento e que outra via assinada e datada será arquivada pelo pesquisador responsável do estudo.

Enfim, tendo sido orientado (a) quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo da já referida pesquisa, além dos riscos que poderão surgir no processo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Dados do participante da pesquisa	
Nome:	
Telefone:	
E-mail:	

Pedreiras-MA, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura do pesquisador: _____

USO DE AUDIO

Autorizo o uso de minha gravação da entrevista para fins da pesquisa, sendo seu uso restrito a ela.

Assinatura do participante

Assinatura do Pesquisador

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: O ENSINO DE FILOSOFIA NO NÍVEL MÉDIO NA PERSPECTIVA DA PRÁXIS GRAMSCIANA

Pesquisador responsável: VAGNER MARCOS COSTA LIMA

Instituição/Departamento: Mestrado Profissional em Filosofia – PROF-FILO-UFPI

Local da coleta de dados: Centro de Ensino Oscar Galvão

O pesquisador do presente projeto se compromete a preservar a privacidade dos participantes cujos dados serão coletados em *bases de dados, entrevistas com gravação de áudio e vídeo, questionários, no Centro de Ensino Oscar Galvão*. Concorda, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas em arquivo digital (CD/DVD) por um período de 2 (dois) anos sob a responsabilidade do pesquisador responsável. Após este período, os dados serão destruídos.

Teresina, 03 de novembro de 2017

Vagner Marcos Costa Lima
Pesquisador Responsável
PROF-FILO - UFPI

ANEXOS



Fonte: dados da Pesquisa



Fonte: dados da Pesquisa



Fonte: <https://papodclasse.blogspot.com/>



Fonte: dados da Pesquisa

PLANO DE ATIVIDADE DOCENTE

CENTRO DE ENSINO OSCAR GALVÃO

ETAPA DE ENSINO: Ensino Médio **ANO/SÉRIE:** 2 ANO **DISCIPLINA:** Filosofia **PROFESSOR:** _____

Período	Objetivos	Conteúdos	Problematização (Prática Social)	Procedimentos Metodológicos	Avaliação
1	<p>Aplicar princípios da ética em situações sociais;</p> <p>Identificar os fundamentos da ética e da moral, relacionados ao comportamento humano em sociedade;</p> <p>Distinguir juízo de fato, juízo de valor;</p> <p>Compreender o sentido da autonomia nas ações realizados no dia-a-dia</p> <p>Analisar a relação entre ética, liberdade e responsabilidade.</p> <p>Refletir sobre os problemas éticos contemporâneos, visando construir uma concepção de sociedade justa e democrática, contrária a qualquer tipo de violência.</p>	<p>Ética e Moral</p> <p>Pluralidade ética;</p> <p>Liberdade</p> <p>Combate ao racismo</p> <p>Machismo e homofobia</p>	<p>“Faço o que quero ou faço o que tenho que fazer?”</p> <p>Porque o homem é responsável pelo que faz?</p> <p>A escola contribui para a libertação?</p> <p>Com todas as dificuldades existentes, por exemplo a pobreza, como se pode que livre para fazer escolhas?</p> <p>Não se nasce racista, tornar-se racista. Por que não lutar pela igualdade de direitos numa sociedade com tanta diversidade?</p>	<p>Uso de música como mobilização</p> <p>Trabalhar com textos de jornais e revistas referente ao tema;</p> <p>Pesquisas sobre grupos de movimentos negros que existem na cidade;</p> <p>Discussões em sala de aula para desconstruir os preconceitos e construção de novos conceitos</p> <p>Produção de textos para publicação no blog da escola.</p>	<p>Realizada de forma continua: participação nos debates; sínteses; produção de textos, para identificar a capacidade de argumentação e problematização;</p> <p>apresentação de seminários;</p> <p>levantamento de questionamentos reflexivos;</p> <p>Capacidade de emitir opiniões sobre os problemas e situações do cotidiano</p>

PLANO DE ATIVIDADE DOCENTE
CENTRO DE ENSINO OSCAR GALVÃO

ETAPA DE ENSINO: Ensino Médio **ANO/SÉRIE:** 3 ANO **DISCIPLINA:** Filosofia **PROFESSOR:** _____

Período	Objetivos	Conteúdos	Problematização (Prática Social)	Procedimentos Metodológicos	Avaliação
1	<p>Inferir opiniões sobre conceitos de política, estado e poder; Refletir sobre a relação entre as grandes teorias políticas atuais a partir das concepções de teóricos como, Locke, Marx e outros. Ampliar conceitos sobre as teorias do estado Contextualizar conhecimentos filosóficos entre as competências dos 3 poderes</p>	<p>Política, poder e Estado Teorias políticas – liberalismo, socialismo e conservadorismo; contratualismo; Divisão dos poderes; liberalismo; Cidadania</p>	<p>Por que algumas pessoas relacionam política à corrupção? A política está presente em todas as nossas relações cotidianas? Na nossa sociedade, quem tem poder? Por que existem dominados e dominadores? O que se pode fazer para mudar a realidade do nosso País? Por que o trabalhador produz as riquezas, mas não pode usufruí-las? Devo tomar partido? Como posso exercer minha cidadania?</p>	<p>Uso de música como mobilização Trabalhar com textos de jornais e revistas referente ao tema; Discussões em sala de aula para desconstruir os preconceitos e construção de novos conceitos Pesquisas em grupo sobre os 3 poderes locais e a atuação de alguns sindicatos na defesa de direitos dos trabalhadores. Produção de textos para publicação no blog da escola.</p>	<p>Realizada de forma contínua: participação nos debates; sínteses; produção de textos, para identificar a capacidade de argumentação e problematização; apresentação de seminários; levantamento de questionamentos reflexivos; Capacidade de emitir opiniões sobre os problemas e situações do cotidiano</p>

PLANO DE ATIVIDADE DOCENTE

CENTRO DE ENSINO OSCAR GALVÃO

ETAPA DE ENSINO: Ensino Médio **ANO/SÉRIE:** 3 ANO **DISCIPLINA:** Filosofia **PROFESSOR:** _____

Período	Objetivos	Conteúdos	Problematização (Prática Social)	Procedimentos Metodológicos	Avaliação
2	<p>Refletir sobre o conceito de beleza</p> <p>Identificar os conceitos estéticos dos filósofos clássicos e contemporâneos</p> <p>Refletir sobre a função da arte</p> <p>Perceber a relação entre filosofia e arte</p> <p>Analisar sobre a cultura de massa, popular e erudita</p> <p>Refletir a estética a partir das relações sociais</p> <p>Discutir sobre a indústria cultural como um problema cultural</p>	<p>O que é arte?</p> <p>Arte e filosofia</p> <p>Arte e sociedade</p> <p>A natureza da arte</p> <p>Indústria Cultural</p> <p>Cultura: definições e problemas</p>	<p>Qual a importância da arte local para a constituição da nossa cultura?</p> <p>Por que atualmente se busca tanto as academias em busca de um corpo belo?</p> <p>Existe um padrão de beleza?</p> <p>Qual o poder da TV na formação de opiniões?</p> <p>As emissoras de TV reproduzem ideologias?</p> <p>Como não ser um público passivo?</p> <p>As emissoras de rádio e tv locais tem contribuído para a valorização dos artistas da terra?</p>	<p>Uso de música, poemas e pinturas como mobilização</p> <p>Trabalhar com textos de jornais e revistas referente ao tema;</p> <p>Pesquisas em grupo sobre a arte local: pintura; escultura; música; poesia; dança; a obra de João do Vale; depois apresentação em seminários</p> <p>Produção de textos para publicação no blog da escola.</p>	<p>Realizada de forma contínua: participação nos debates; sínteses; produção de textos, para identificar a capacidade de argumentação e problematização; apresentação de seminários; levantamento de questionamentos reflexivos; Capacidade de emitir opiniões sobre os problemas e situações do cotidiano</p>